



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

JOSIANE OSÓRIO DE CARVALHO

**O DIREITO À CIDADE, NA LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO:
TESSITURAS DA MEMÓRIA DO NÚCLEO BANDEIRANTE-DF (1957-1964)**

Brasília - UF

2019

JOSIANE OSÓRIO DE CARVALHO

**O DIREITO À CIDADE, NA LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO:
TESSITURAS DA MEMÓRIA DO NÚCLEO BANDEIRANTE-DF (1957-1964)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – à distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Carvalho Britto

Brasília - DF

2019

Polo Cidade de Goiás - GO

Resumo

Este trabalho trata da história do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante. A Cidade Livre, núcleo pioneiro, se engaja num embate contestatório da predestinação imposta pela lógica espacial oficial, a qual tinha como projeto a extinção da Cidade, após a inauguração de Brasília. Há uma resistência organizada, embasada numa experiência ligada à necessidade do lugar e do solo histórico, cuja coesão social foi imprescindível para a criação do Núcleo Bandeirante, em 1961.

A pesquisa, a partir dos acontecimentos históricos vividos pelo grupo social naquele espaço e tempo, buscou construir uma história da memória ao falar de personagens, que pertenceram e vivenciaram o Movimento.

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Essa investigação realizada por meio de documentos teve como objetivo mapear, construir e interpretar um inventário iconográfico, documental, audiovisual e de referências sociais do patrimônio cultural, imaterial e material da cidade do Núcleo Bandeirante de 1957 a 1964. Nesse universo, buscou-se descrever e comparar as narrativas construídas sobre a cidade e notadamente sobre o Movimento Pró-Fixação, tanto da realidade presente, como do passado.

LISTA DE IMAGENS

Mapa 1 - Aerofotografia - Distrito Federal, destaque para a Cidade Livre, 1960,	6
Mapa 2 - Recorte do mapa acima para localização da Cidade Livre	7
Figura 1- Acampamento dos pioneiros - Núcleo Bandeirante, 30/09/1958.	15
Figura 2 - Ruas residenciais - Núcleo Bandeirante-DF, 1956-1960.	16
Figura 3 - Vista aérea - av. principal - Núcleo Bandeirante, 1956-1960, com destaque para a atividade comercial.	18
Figura 4- Núcleo Bandeirante - Vista aérea, 30/09/1958, com destaque para os estabelecimentos do entreposto comercial.	21
Figura 5- entreposto comercial - Núcleo Bandeirante, 1956-1960.	21
Figura 6- ponto comercial, construção em madeira - Núcleo bandeirante, 1956-1960.	22
Figura 7- Escritório da Cia aérea VASP - Núcleo Bandeirante- construção em madeira, temporária - 04/01/1958, autor: Mario Fontenelle.	23
Figura 8- Instalação Bancária - Núcleo Bandeirante, construção provisória em madeira (sem data).	24
Figura 9- Cine Teatro Brasília, construção em madeira - Núcleo Bandeirante-DF, 1957-1960.	25
Figura 10 - Canalização de água - Núcleo Bandeirante, em fase de urbanização, pós Movimento de Fixação e Urbanização, 12/11/1963.	41
Figura 11 – Escola da Metropolitana. Foto de Josiane Osório.	44
Figura 12 - Igreja da Metropolitana - Foto de Josiane Osório.	45
Figura 13 - Interior da Igreja da Metropolitana - Foto de Josiane Osório.	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	
1 - A HISTÓRIA DO LUGAR	15
1.1 A rápida expansão	16
1.2 O planejado	19
1.3 O humano, uma variável não controlada	26
CAPÍTULO II	
2 - INTRAMUROS, A CIDADE SE PROTEGE	29
2.1 A luta pela fixação	30
2.2 Patrimônio e democracia cultural	35
2.3 O movimento se organiza	37
CAPÍTULO III	
3 - A CIDADE DA MINHA CASA	38
3.1 Cidade Livre, a primeira quebra da lógica de um planejamento	38
3.2 Da Cidade Livre ao Núcleo Bandeirante	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Parece-se com uma cidade de faroeste, sendo que, em lugar de cavalos e carroças, carros, caminhonetes e caminhões trilham com um barulho estonteante as vias vermelhas; as lojas põem para tocar músicas de arrombar, carros de som berram *slogans*” (Simone de Beauvoir, *La force des choses*)

A história da Cidade Livre e em particular o acontecimento do movimento pró-fixação e urbanização, que de modo irreversível constrói e emoldura o lugar da cidade (o seu contexto), apresentam-se como amálgama do tema desse trabalho. Sem dúvida, o paradigma memorialista explicita e dá as condições determinantes para a trajetória e a memória dos lugares, nesse estudo, e face à ameaça da impermanência do lugar, os personagens edificam a cidade.

O movimento é visceral. A apropriação do lugar, ganha forma num movimento popular e se organiza em torno de atos de revolta, desobediência e resistência, a despeito dos atos de coerção do poder público à época.

A minha primeira experiência de campo, no percurso dessa pesquisa, deu-se há cerca de 8 anos. As minhas preocupações com a memória do lugar me levaram à investida de registrar depoimentos, fotografar lugares, filmar memórias orais, recolher e registrar narrativas de pioneiros ligados à origem da Cidade Livre¹. O trabalho, portanto, buscou levantar e identificar uma representação daquele acontecimento, o Movimento, operando nos acervos de documentos, bibliografia, depoimentos e acervos iconográficos. Dessa forma, a pesquisa imperiosamente ganhou em objetividade a partir da minha autorreferenciação ao tema e vivência no cotidiano do lugar, como moradora e filha de pioneiros, talvez possibilitando um determinado domínio da realidade, num discurso sensível das situações e acontecimentos naquele universo.

Em dezembro de 1956 nasce a “Cidade Livre”² na qual sua dinâmica constituiu-se no assentamento dos primeiros estabelecimentos e moradias. A “Cidade Livre” foi

¹ Nesse contexto, por exemplo, evidenciou-se em minhas escutas a lembrança do Seu Santos, morador da cidade desde 1959, que trabalhou na Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Segundo seu relato, na sua memória espacial da cidade (Candangolândia) que sofreu transformações no seu código de endereçamento postal, entretanto as ruas na sua memória visual permanecem vívidas num plano emocional de lembranças. Seus sentimentos são sentidos que desaguam num inconformismo físico do espaço e num lirismo daquele outro lugar.

² Hoje Núcleo Bandeirante, cidade satélite do Distrito Federal.

o único aglomerado urbano e entreposto comercial criado à época da construção da nova Capital, com a finalidade de suprir as necessidades humanas, materiais e culturais imprescindíveis para a construção de Brasília.

Mapa 1 - Aerofotografia - Distrito Federal, destaque para a Cidade Livre, 1960



Arquivo Público do DF, NOVACAP, executada por Geofoto S.A., 1960.

Mapa 2 - Recorte do mapa acima para a localização da Cidade Livre



Arquivo Público do DF, NOVACAP, executada por Geofoto S.A., 1960.

A Cidade Livre ganha contornos de cidade e se expande física e demograficamente, fruto de relações sociais, econômicas e culturais múltiplas.

Antes e depois de inaugurada a nova capital, surgem as ameaças governamentais de erradicação do aglomerado urbano. Incêndios criminosos de barracos eram frequentes. A população reage. Numa experiência coletiva, unem-se comerciantes, funcionários públicos e trabalhadores em torno do Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre. O movimento ocorre dentro de uma conjuntura de crise econômica, política e social do país que culmina com a renúncia de Jânio Quadros e a chegada ao poder de João Goulart.

Um dos processos de tentativa dessa erradicação foi a remoção das pessoas para a recém-criada cidade de Ceilândia.

As famílias receberam orientações sobre a mudança. Era realizada marcação na porta do barraco a ser removido e entrega de um aviso, assim como o

atestado de dispensa do trabalho por cinco dias e a guia de transferência ou matrícula escolar dos filhos. Os casos atípicos eram solucionados por assistentes sociais. Foi programada a transferência de 35 barracos por dia, mas nem sempre cumprida pelo número de invasores, chegando a 120, com a ajuda da própria população. Nas primeiras semanas Ceilândia era um amontoado de tábuas, utensílios domésticos, móveis, plantas, barracas, e mulheres cozinhando improvisadamente. Trabalho árduo, cansativo, porém gratificante. A remoção dos invasores foi concluída em março de 1972. [...]. Quando o governo abriu Ceilândia para a ocupação, por exemplo, foram distribuídos cerca de 15 mil terrenos para aqueles que haviam sido removidos das favelas em torno do Núcleo Bandeirante. Somente esses favelados tinham direito aos terrenos em Ceilândia, em oposição, por exemplo, as pessoas vindas de outras favelas ou a novos migrantes. Assim, nesse tipo de empreendimento urbano, o governo regula o acesso à terra, tanto pelo status do interessado quanto por obrigações contratuais (VASCONCELOS, 1978, p.48).

Nesse contexto, o fenômeno do Movimento se dá pela reivindicação de se apropriar do lugar, ao mesmo tempo em que se organiza num embate contestatório da predestinação imposta pela lógica espacial oficial.

Pollak em seu texto, *Memória, esquecimento e silêncio*, (1989, p. 3), a partir de Halbwachs (2006), ao definir a memória coletiva de um determinado grupo considera essa memória de forma estruturada, hierarquizada, com classificações. Dessa forma, para ele tudo o que é comum a um grupo (pontos de referência) e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. O autor ainda ressalta que não é a dominação, a violência ou a coerção, mas a adesão afetiva ao grupo que reforça a coesão social e organiza então uma comunidade afetiva. Para ele, o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.

Num primeiro momento, sobre Brasília e a sua construção, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tomando emprestado o depoimento como um escrito biográfico sobre o Núcleo Bandeirante e em especial sobre a Cidade Livre e em particular sobre o Movimento.

Os depoimentos sofreram recortes a fim de harmonizarem aos propósitos do trabalho. Em todas as entrevistas selecionadas, a reivindicação pela urbanização permaneceu presente. A crítica ao papel do poder público em relação à cidade esteve solidificada nos relatos, ao mesmo tempo em que para nós era um indicador da verdade daquele personagem no movimento.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs (2006), nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um

fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

O objetivo geral teve como ambição mapear e construir um campo de observação a partir de elementos iconográfico, narrativos, documental, bibliográfico sobre a cidade do Núcleo-Bandeirante de 1957 até 1964. A fim de chegar ao objetivo geral, tivemos como objetivos específicos inventariar e analisar os registros individuais da memória do movimento e da cidade sobre acontecimentos passados. Além desse, foi construir um acervo de experiências humanas sobre a cidade que delinearão e cristalizaram o escopo desse trabalho, a memória do lugar, mapa do passado.

Ainda nesta introdução, pareceu-nos importante trazer as considerações que Marilena Chauí tece na apresentação do livro de Ecléa Bosi (1999), no qual descreve com extrema fineza a condição do velho na sociedade moderna:

A função social do velho é lembrar e aconselhar – *memini, moneo* – unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conceitos, [...] a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa (CHAUÍ, 1999, p. 22).

Ao pegar emprestada essa observação da filósofa, me atinei (rememorei) para as datas festivas do Núcleo Bandeirante nas quais em especial me ateno à celebração do seu aniversário, 19 de dezembro de 1961, data no calendário oficial da sua criação. Neste dia, desfilam as crianças, os jovens, partindo da praça central, local histórico, pela sua importância na luta pela fixação, naquele lugar se reuniam os jovens de ontem e velhos hoje para reivindicar a cidade. A praça guarda o busto de Garcia Neto esquecida, líder do movimento.

A Administração da cidade em seu ato público não estabelece qualquer relação entre o espaço, o lugar e a memória social. Mobiliza recursos financeiros junto à comunidade para a preparação do bolo e a organização do baile. A praça histórica é submetida ao seu apagamento pelas táticas e ideologias oficiais que não lhe devolvem a memória dos fatos vividos, pela opressão da história social, mantém-se, no entanto, a memória espacial. Não há qualquer possibilidade de rememoração dos acontecimentos. A praça é apenas a praça. Suprimida de seu valor simbólico, torna-se vestígio. Garcia Neto ali silenciado representa timidamente um busto de bronze, mais um velho homem sem patrimônio sedimentado na sociedade capitalista, apenas

uma imagem (espoliada da memória) e esquecida: “dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra história por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade, menciona Chauí” (1999, p.19).

Chauí em suas considerações ressalta também: “destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros” (1999, p. 19).

Neste trabalho, no capítulo 1 – A história do lugar - traz os acontecimentos do período e permitem uma compreensão contextual da problemática analisada. No capítulo 2 – Intramuros, a cidade se protege - expõe a complexidade e dinâmica do arranjo histórico e memorialista dos conflitos envolvidos no Movimento. No capítulo 3 – A cidade da minha casa – mostra a contradição entre o idealizado e a realidade do local e suas motivações.

Essa introdução procurou narrar as premissas da história que passará a ser contada, agora: a saga dos “bandeirantes modernos”, na edificação do patrimônio - a cidade. O argumento pretende demonstrar a experiência de uma prática preservacionista, cujo clímax foi o Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre.

Em referência à Declaração do México (1985), que considera ser indissolúvel a relação território, patrimônio e comunidade, construiu-se um inventário documental, depoimentos de pioneiros na Cidade Livre e mapeamento de referências sociais do patrimônio cultural imaterial e material da cidade do Núcleo-Bandeirante de 1957 até 1964, a partir da noção da cidade como território, lugar da memória e do lugar físico.

Nessa perspectiva, os conceitos de preservação e patrimonialização delimitam não somente o espaço físico (paisagem cultural), mas as relações vividas e compartilhadas (paisagem humana) pelos moradores e trabalhadores da cidade, na edificação do lugar. Esse processo deve-se inexoravelmente ao Movimento de Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre (hoje, Núcleo Bandeirante). Segundo OOSTERBEEK (2015):

A memória não é história, é um complexo mecanismo de reconstrução do “passado do presente”, ou seja, de legitimação no presente das opções de uma sociedade, e dos seus diferentes grupos culturais ou sociais. A memória é, por isso, um instrumento estruturador de identidades, o que na prática significa que ela ajuda a segregar: as memórias de uns não são as memórias de outros, pois ambas são informadas por perspectivas atualistas distintas. A memória é, ainda, um mecanismo ideológico de compensação face a perdas ou fragilidades de um determinado grupo ou sociedade: a perplexidade no

presente e a ansiedade frente ao futuro, são equilibrados pelas “certezas” sobre o passado, num processo muito similar ao que Paul Auster (2003) menciona a respeito da memória no plano individual. Neste processo, a memória coletiva atua como persona, como uma máscara identitária¹, que se apoia sobre referenciais, que são mnemônicas para a sociedade que cumprem o papel de reverberar o essencial dos invariantes do passado, tal como uma determinada memória os reconstrói. Nas sacadas dos sobrados também há lembranças de dor e exclusão, mas não são essas que uma determinada memória decide valorizar, num determinado momento. Os referenciais da memória coletiva são o que chamamos de patrimônio cultural.

Dessa forma, e tendo em vista a compreensão sobre patrimônio acima apresentada por Oosterbeek (2015), podemos considerar que no âmbito desse trabalho o conceito de patrimônio cultural tem uma relação com as definições de memória e identidade.

Do ponto de vista do patrimônio material, somente em 1995 houve uma incipiente preocupação por parte do Estado em preservar a memória da cidade pioneira, na tentativa frustrada de tombamento do Hotel São Judas Tadeu. O Museu Vivo da Memória Candanga (antigo HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira) é uma exceção, assim como a Igreja Nossa Senhora Aparecida na Metropolitana e mais algumas edificações mantidas em madeira³.

Nesse contexto, os acontecimentos e as personagens na luta pelo e o lugar constituem-se como patrimônio cultural e natural. Nessa perspectiva, realcemos as considerações trazidas por BRITTO (2014):

Se as problematizações contribuem para a compreensão e a elevação da categoria “patrimônio” para além dos binarismos conceituais e dos antagonismos entre natureza e cultura, a discussão enriquece quando observamos os imbricamentos entre as dimensões do (in) tangível a partir da confluência entre o patrimônio natural e o patrimônio cultural. Natureza precedendo a cultura e cultura supondo natureza em uma operação em que a própria cultura é concebida como natureza transformada, humanizada. Nosso intuito é observar que o patrimônio consiste em um processo de formação identitária, de instituição de sociabilidades e de promoção de laços de afeto a partir de/entre os bens, possibilitando tecer redes de afinidades para além das margens metodológicas e institucionais a que historicamente foram destinados.

Também nos auxilia na compreensão e articulação dos conceitos de patrimônio cultural e natural neste trabalho a análise abordada por SCIFONI (2006):

³ De modo geral, a compreensão da formação da sociedade brasileira coaduna fortemente com a construção e organização espacial da cidade extra muro, a de concreto e moderna.

Há também outro significado que aparece no Brasil a partir de algumas experiências regionais: o patrimônio natural passou a ser entendido como conquista da sociedade, com um significado ligado às práticas sociais e à memória coletiva; portanto, um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não algo que a ela se opõe [...].

Já o discurso do cotidiano prioriza outros valores, como a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais, constituindo o patrimônio como a representação da diversidade cultural presente em uma sociedade nacional [...]. Nesta perspectiva o patrimônio simboliza diferentes práticas sociais e memórias de diversos grupos nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial. Do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, e a natureza como componente das práticas socioespaciais.

Dessa forma, as histórias narradas por meio de entrevistas orais nos parecem conformar e configurar um solo histórico substancial para a compreensão daquela realidade. E, em perspectiva, assim como em Bergson (2010), tem-se a apreensão da realidade por meio de narrativas orais, histórias contadas, memória e lembrança. Da mesma forma, a pesquisa bibliográfica condensa parte substancial da história da cidade e do Movimento. Em efeito, utilizamos o entendimento e os conceitos de Michael Pollak (1989) em *Memória, Esquecimento, Silêncio*; e o pensamento de Maurice Halbwachs (2006) em *A Memória Coletiva*.

Ainda que os autores acima mencionados tenham embasado a compreensão do escopo do trabalho, ao longo da experiência da pesquisa nos pareceu contributivo iniciar nossa monografia tendo em vista o conceito de enraizamento ainda que, neste escopo, não seja possível articulá-lo de forma conceitual à experiência da história da Cidade Livre. Da mesma forma, é importante mencionar a obra de Ecléa Bosi (1999), *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, que em última análise consiste como referencial para os estudos de vida e história oral.

Para a sustentação dessa abordagem citamos alguns trechos de considerações tecidas pela autora sobre o método da entrevista extraídas do artigo - *Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano*, por Salomão Bruck (2012, p. 197):

Começamos esta entrevista citando um pensamento de Walter Benjamin, mencionado em seu livro *Memória e sociedade – lembranças de velhos*: a memória como uma faculdade épica por excelência. A frase, além da força conceitual que abriga, nos coloca uma questão que atravessa toda a discussão acerca do memorialismo: inevitavelmente instalada em uma narrativa e sujeita a adequações (muitas vezes até inconscientes), falhas,

reescritas, a memória não é, ao final, um processo e um objeto do tempo presente? De fato, como sugere sua pergunta, a memória atende ao chamado do presente. Mas, teremos que transpor, muitas vezes, a enorme distância temporal entre o fato narrado pela testemunha e o acontecido. Experiência sempre muito difícil, devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades. O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta que só se torna cognoscível mediante a voz do nosso depoente, nosso narrador. Eu insisto sempre com meus alunos, na formação do pesquisador que vai entrevistar o seu memorialista: quando a narrativa dele é hesitante, cheia de silêncio, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que está escutando ou de preencher as pausas. Importante destacar que a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproxima da verdade. Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a cotidianidade. É muito belo escutar esse rememorar meditativo da testemunha. E nós então compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente e ela se torna para nós uma verdadeira matriz de projetos. Esta é uma questão relevante para pensarmos a memória: qual versão de um fato deve ser considerada verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes do fato que está sendo narrado. Não temos, pois, o direito de refutar o fato contado pelo memorialista como se ele estivesse no banco dos réus, e dele exigir que nos diga a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, vai nos contar a sua verdade. Depois, na interpretação de uma colheita de lembranças, nós temos que pensar, como cientistas humanos que nós somos, em um projeto – que tipo de conhecimento estamos buscando e produzindo. Porque o passado reconstruído não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar. Então, a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro: memória social, memória histórica e coletiva. Nós pesquisadores que recolhemos o passado sabemos que ele é um dos mais difíceis e misteriosos dos conceitos. O passado não é uma sucessão de fatos ou camadas que se vai escavando. A memória desconhece a ordem cronológica. Minha hipótese é que ela opera com grande liberdade, recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente - mas por que se relacionam através de índices de significação comum. São constelações de eventos mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. Esse intenso movimento de recuperação da memória nas ciências humanas se constitui hoje numa verdadeira moda acadêmica. O vínculo com o passado, que é vital, porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade.

A noção de pertencimento presente vincula-se à noção de enraizamento explicitado por Bruck nesta entrevista (2012, p. 198-199):

Nesse sentido também está a noção de direito ao enraizamento, de Simone Weil, para quem este é um direito humano semelhante a outros direitos ligados a sobrevivência do homem (...). Eu aprecio muitíssimo esse conceito criado por Simone Weil para entendimento da cultura: o enraizamento. Os deslocamentos constantes a que nos obriga a vida moderna não nos permite um enraizamento num dado espaço ou numa comunidade, mas este continua sendo um direito humano fundamental. Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na

sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças. Eu penso que os urbanistas quando fazem projetos sobre as cidades, deveriam escutar os velhos moradores e estarem abertos a sua memória, que é a memória de cada rua, de cada bairro. Eles estariam recuperando a dimensão humana do espaço que é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente a morfologia da cidade e essa ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento. Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos dos nossos memorialistas [...].

Nessa perspectiva e a fim de cumprir os objetivos do trabalho foi desenvolvida uma investigação exploratória - (primária e secundária), de campo, bibliográfica, iconográfica e documental. Nos seguintes locais: Biblioteca do Núcleo Bandeirante, Arquivo Público do DF, Arquivo Pessoal, UNB – Universidade de Brasília, arquivos digitais, audiovisuais, pesquisa espontânea de campo. Os dados também foram coletados no Museu Vivo da Memória Candanga.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Essa investigação teve como objetivo descrever e comparar as narrativas construídas sobre a Cidade e notadamente sobre o Movimento Pró-Fixação. Nesse contexto, os depoimentos aqui apresentados, coletados pelo Arquivo Público do DF, no ano de 2000, condensam relatos do presente, numa condição de lembranças situadas no passado, objeto delimitado dessa investigação (Movimento Pró-Fixação-1957-1964).

Ainda foi realizada pesquisa em arquivos audiovisuais (filmes), fotografias, mapas e, levando em conta minha identificação com o objeto proposto, vale citar que há mais de dez anos, coletei narrativas sobre a cidade, sobretudo no período estudado, de modo espontâneo, ou seja, não sistematizado. Portanto, alerto que, neste aspecto, não há um modelo de questionário ou perguntas pré-existentes, mas uma condição subjetiva da autora na compreensão e apreensão das histórias.

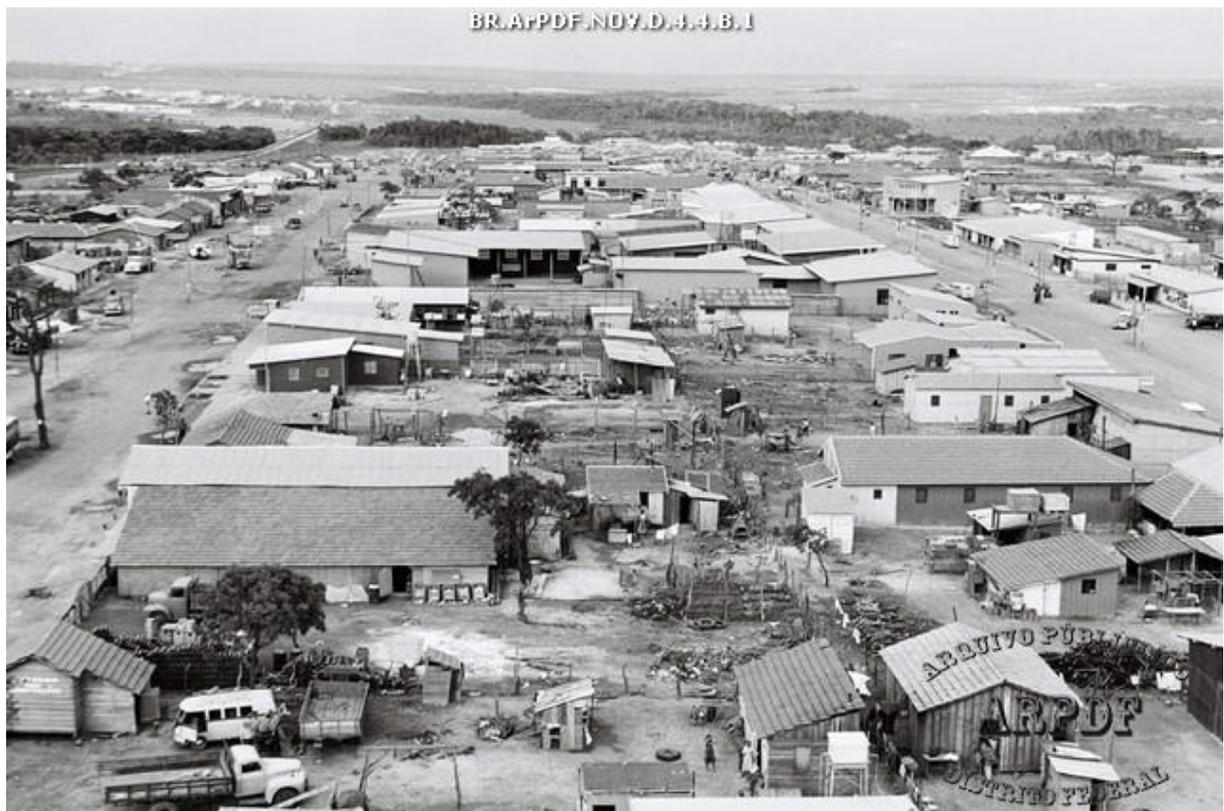
Mais uma vez, salientamos que os depoimentos dos pioneiros aqui apresentados foram coletados pelo Arquivo Público do DF.

CAPÍTULO I

1 A HISTÓRIA DO LUGAR

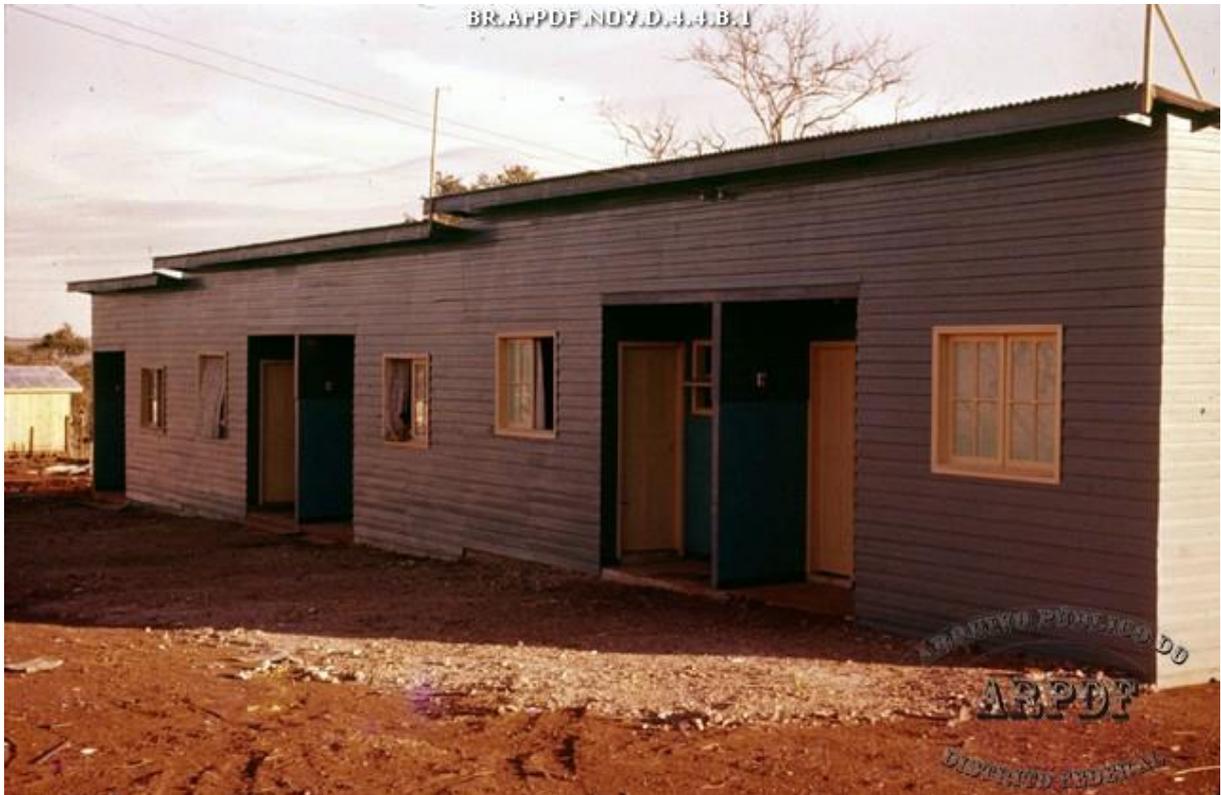
O Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, constitui-se como território de significativo valor histórico, social e cultural. No entanto, essa importância histórica não foi reconhecida como objeto de valorização patrimonial de um modo geral. Nunca houve uma preocupação sistemática e organizada por parte do Poder Público e dos grupos organizados em preservar a memória (material e imaterial) da cidade pioneira. O último barraco comercial da época, o Toy Clube, localizado na principal rua da antiga Cidade Livre, hoje Avenida Central, que era mantido graças ao esforço pessoal do seu morador, Seu Antônio, não resistiu à sua derrubada em 2012

Figura 1- Acampamento dos pioneiros - Núcleo Bandeirante, 30/09/1958.



Arquivo Público do DF

Figura 2 - Ruas residenciais Núcleo Bandeirante-DF – uma residência em madeira, 1956-1960.



Arquivo Público do DF

1.1 A rápida expansão

A primeira etapa de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, foi construída num curto espaço de tempo, apenas três anos e dez meses. Para que isso fosse possível, uma grande estrutura teve que ser montada, pois as cidades limítrofes à nova Capital, Luziânia, Planaltina e Brazlândia, além de muito distantes do local das obras, não ofereciam infraestrutura suficiente para dar o suporte necessário aos milhares de trabalhadores, durante quase quatro anos.

A natureza da cidade é ressaltada por Vasconcelos (1989, p. 81):

Dois meses depois da primeira visita do presidente Juscelino Kubitschek ao local da futura Capital brasileira, começa a surgir, à beira do córrego Vicente Pires, o núcleo pioneiro para a construção da nova cidade. É a Cidade Livre que nasce, em dezembro de 1956. [...] o núcleo pioneiro do comércio, das indústrias e de serviços para dar apoio e sustentação às obras de Brasília ficaria logo após e à margem do Vicente Pires até o Riacho Fundo. Este

núcleo teria um caráter provisório para o tempo que durassem as obras de construção da futura capital, ou seja um máximo de 4 anos.

Assim, ainda em 1956, a companhia Novacap⁴ definiu um lugar provisório para esse fim no cruzamento de duas rodovias que ligavam o local da futura capital a duas cidades goianas. Foi de Bernardo Sayão a ideia da criação de uma cidade provisória para dar suporte às obras da nova capital e de Juscelino Kubistchek de batizá-la “Cidade Livre”. Segundo D’ALMEIDA :

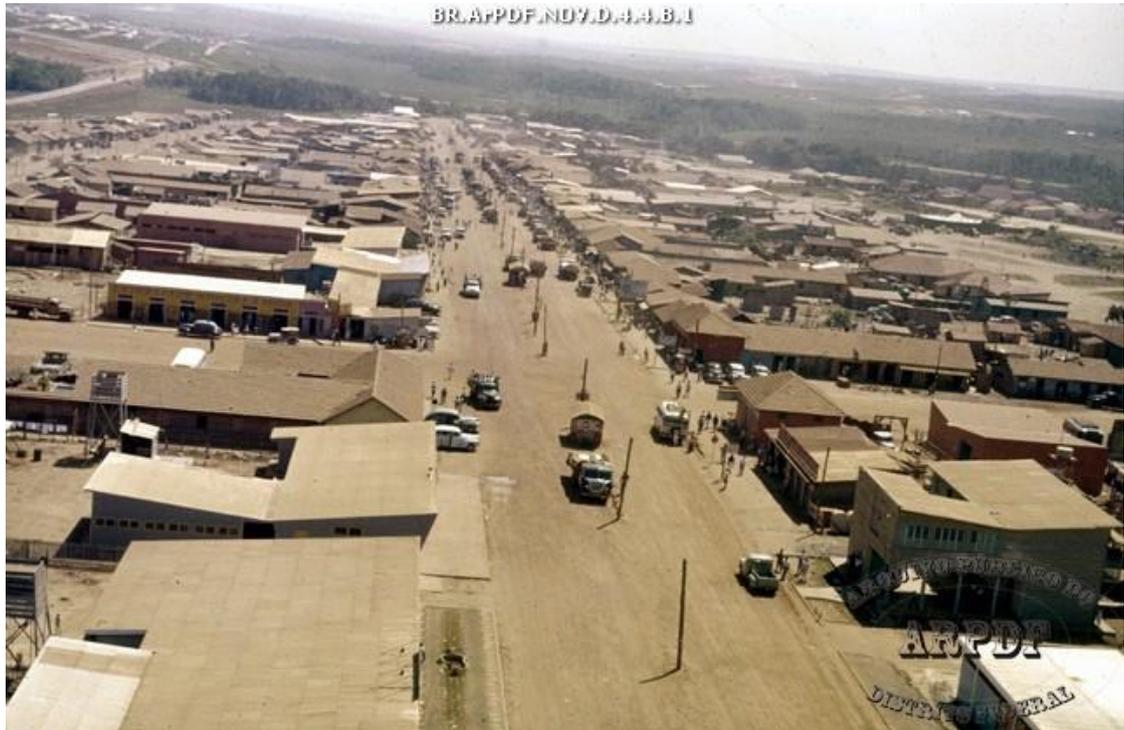
Já nos primeiros dias de novembro (56), chegaram, à área destinada ao novo Distrito Federal, as primeiras moto-niveladoras, máquinas outras, e veículos diversos com o escalão avançado de trabalhadores, sob o comando do engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, antecipando-se às equipes sanitárias que deveriam dar início à profilaxia regional [...]. (1980 p. 84.)

Nesse lugar inóspito do Planalto Central, D’ALMEIDA ressalta:

Inesperadamente, próximo à Novacap [...] surgia um outro aglomerado humano que foi o Núcleo Bandeirante, popularizado em tempo e em espaço nacional como Cidade Livre, abrigando operários excedentes dos canteiros de obras das firmas empreiteiras de serviços diversos da Novacap, pequenos comerciantes de todos os gêneros, artesãos, biscateiros, aventureiros de todas as procedências, transformando o cerrado ermo numa colmeia ativa de candangos, convergentes de todos os pontos do País, numa desordenada e impressionante migração. (1980, p.95)

⁴A Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil foi criada através de lei, em 19 de setembro de 1956, pelo então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. A finalidade única era gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil. Ela tinha responsabilidades de encargos básicos, encaminhamento e acompanhamento de funcionários, depósito de material e concentração de maquinaria e veículos.

Figura 3 - Vista aérea - av. principal - Núcleo Bandeirante, 1956-1960, com destaque para a atividade comercial.



Arquivo Público do DF

Nessa conjuntura, verifica-se a rápida expansão dos assentamentos comerciais, ressignificando o lugar inóspito como cidade. Assim, nos mostra VASCONCELOS:

Assim, em dezembro de 56 foram assentados os primeiros estabelecimentos na Cidade Livre. Até o final do mês, existiam, ali cinco construções de madeira, onde se instalaram um restaurante, duas padarias, um açougue e um hotel. O restaurante era de Victor Pellechia [...] o hotel de madeira com seis cômodos, inicialmente recebeu o nome de Hotel Brasília, e seu proprietário era José Borges Paniago. Uma das padarias pertencia ao dono do restaurante, o Victor Pellechia. Depois veio o hotel Souza, também de madeira (1978. p. 83.).

O depoimento de Salvador Átila Cunha, pioneiro, elucida a formação da Cidade Livre:

Eu sou um paulista quatrocentão, nasci em Araraquara no Estado de São Paulo, no dia 26 de maio de 1922, de família humilde, trabalhadores, mas não eram ricos, a classe que existia no Brasil naquela época.
Quais foram os motivos para que o senhor mudasse para Brasília?
(SA) Em São Paulo eu tinha uma indústria de bebidas, pequena, mas eu tinha um amigo que era governador e meu compadre que era o Dr. Ademar de Barros, ele era um compadre de fogueira. Uma festa pulamos juntos uma

fogueira, conversando e andando e ele “compadre” e depois nos tornamos amigos e um dia ele me falou: “Compadre, essa sua industriazinha porque não leva para Brasília? O meu amigo Juscelino, está precisando de gente, vai prá lá que vai ser bom”. Então eu vim com a indústria pequena, mas era muito longe, demoramos uma semana o caminhão levando, quando chegamos no Rio Descoberto o caminhão caiu no rio, perdi tudo que tinha, já estava chegando aqui. ...tive que começar do zero.

Vim direto, aliás só existia Núcleo Bandeirante. Foi em 1959. Eu até hoje sou amigo do Núcleo Bandeirante, gosto daqui demais, e lutei para preservar, aquelas campanhas contra a demolição de barracos, fui um dos participantes ... fazendo comício ... [pelo] Movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante ...E quase só vinha homens para cá, mulheres e as famílias ficavam... justamente por isso que eu falei, que a maior zona boêmia que tinha no mundo foi aqui no Bandeirante, as mulheres de todo Brasil, as prostitutas que existiam no Brasil, ouviam falar de uma terra de ouro, um lugar onde se catava dinheiro na rua, e elas vinham todas para cá, aqui... tinha homens a vontade, as casadas, mulheres, era difícil, só mesmo depois ...

...No começo tudo era invasão, a gente chegava, olhava o terreno, entrava lá e ficava ali, e assim essas avenidas todas foram no começo invadidas, todo mundo escolhia seu terreno ia e ficava

A [religião] que predominava era a igreja católica, onde nós tínhamos um homem que deve estar no céu de tão bom que era para o povo, o padre Roque...um lutador pela cidade do Núcleo Bandeirante. E havia outras religiões.

[Lazer].. Só existia mesmo o cinema, que tem aqui o cinema Brasília e tinha outro nem me lembro mais o nome, é o Brasília, eram dois cinemas grandes, um era aqui em frente e o outro era no início da avenida central. Esses dois cinemas eram a única diversão que existia.

[Compras] - A grande maioria, os atacadistas faziam compras em São Paulo, Uberlândia, Goiânia, e as casas atacadistas daqui de Brasília quando tinham para os comerciantes menores aqui do Núcleo Bandeirante e de toda Brasília.

.. Tudo vinha de fora...

(a Viviane Irene Fonseca Dornas e Clêmia Lucas de Barros Teixeira, aos 29 dias do mês de março de 2000).

Daquele primeiro momento, ao período de apogeu da Cidade Livre, tudo acontecia muito rapidamente, de forma muito espontânea e explosiva. Sete meses depois, em julho de 57, já existia mais de uma centena de construções e mais de 1.000 pessoas tinham atividade ali. Neste mesmo ano já existiam treze hotéis e várias pensões na Cidade Livre.

1.2 O planejado

A Cidade Livre foi precisamente o ideal de um lugar com características de entreposto comercial e provedor dos bens e serviços para a construção da capital⁵,

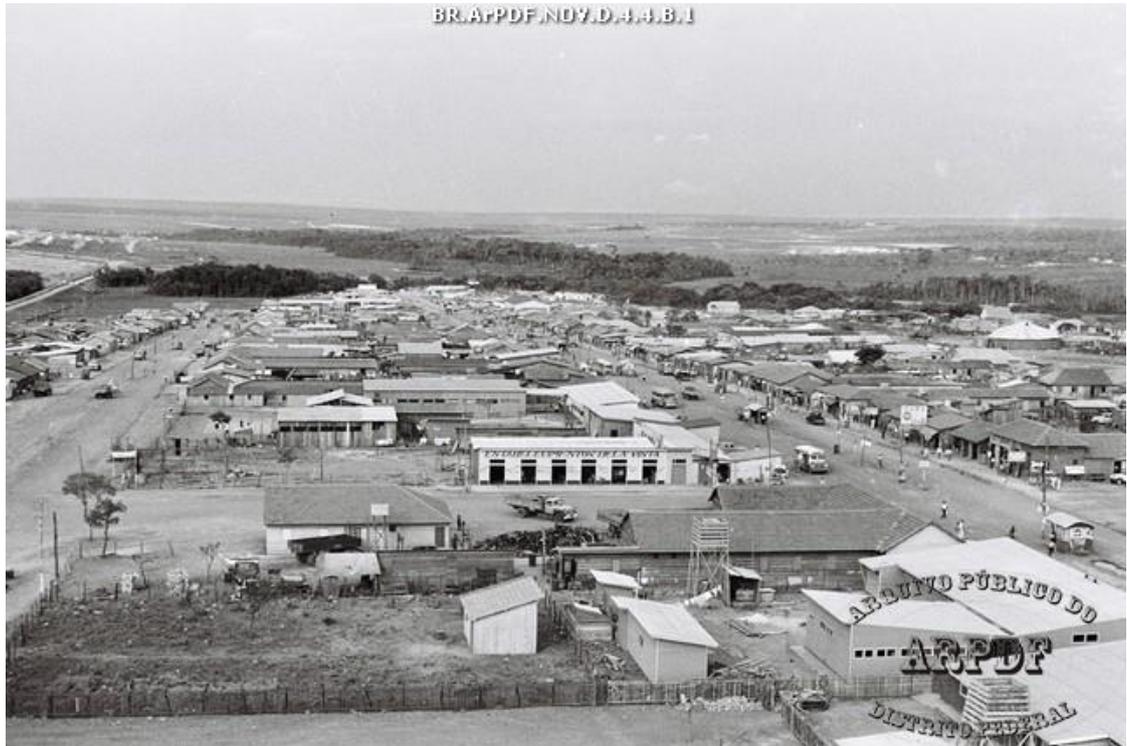
⁵ [...] Daí, ao lado das imponentes edificações do Plano Piloto, os casebres típicos de "bidonville" de aglomerações como o Núcleo Bandeirante, também chamado "Cidade Livre". Esta resultou da necessidade de alojar os construtores da Capital e os que, tendo ou não ocupação fixa, se sentiram atraídos pelos trabalhos da construção. Chamou-se "Cidade Livre" para evidenciar a

porém de caráter provisório, pois seria totalmente destruída tão logo Brasília fosse inaugurada. Nesse caso, a semântica do termo “Cidade Livre” implicava que todas as atividades comerciais eram livres de impostos. Mas livre significava muito mais. Era o único espaço com infraestrutura, ainda que incipiente, para receber migrantes de várias regiões do País e mesmo imigrantes, porque o espaço onde seria a nova capital somente podiam ter acesso e permanecer se previamente contratados. Assim surgiu o Núcleo Provisório Bandeirante, ou Cidade Livre. A Novacap organizava a concessão de lotes com a permissão para exploração de atividades comerciais, no entanto em 1960, a partir da inauguração da Capital, os comerciantes deveriam transferir seus estabelecimentos comerciais para o Plano Piloto⁶. A estratégia tinha como efeito a atração dos comerciantes para o inóspito território no qual se construía a nova capital. Por ser “provisória”, todos os estabelecimentos eram de madeira: hotéis, bancos, restaurantes, cinema, casas, rodoviária, postes, etc. Em sua cosmologia, a cidade vestígio surge com a presença dos primeiros escritórios da Novacap, uma escola primária, instalações do IAPI (Instituto de aposentadoria e Pensões dos Industriários), moradias para os funcionários técnicos (responsáveis pela construção da capital) e administrativos. (SILVA, 2011).

oposição relativamente à outra, construída segundo normas rígidas. Pensaram os construtores de Brasília que poderiam suprimir essa Cidade Livre, logo terminada a construção da Capital, ou que estaria em suas forças substituí-la, atribuindo residências corretas aos seus ocupantes. Isso, porém, não foi obtido até então, e o que resta é um vivo contraste. Esse contraste começa pela repartição profissional dos moradores, o que acarreta uma enorme série de outros caracteres diferenciais, tanto do ângulo econômico, como do social." (SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 67).

⁶ Nesse período, a Cidade Livre contabilizava uma população aproximada de 1000 pessoas, entre comerciantes, construtores e trabalhadores da Novacap.

Figura 4- Núcleo Bandeirante - Vista aérea, 30/09/1958, com destaque para os estabelecimentos do entreposto comercial.



Arquivo Público do DF

Figura 5- Núcleo Bandeirante - entreposto comercial, 1956-1960



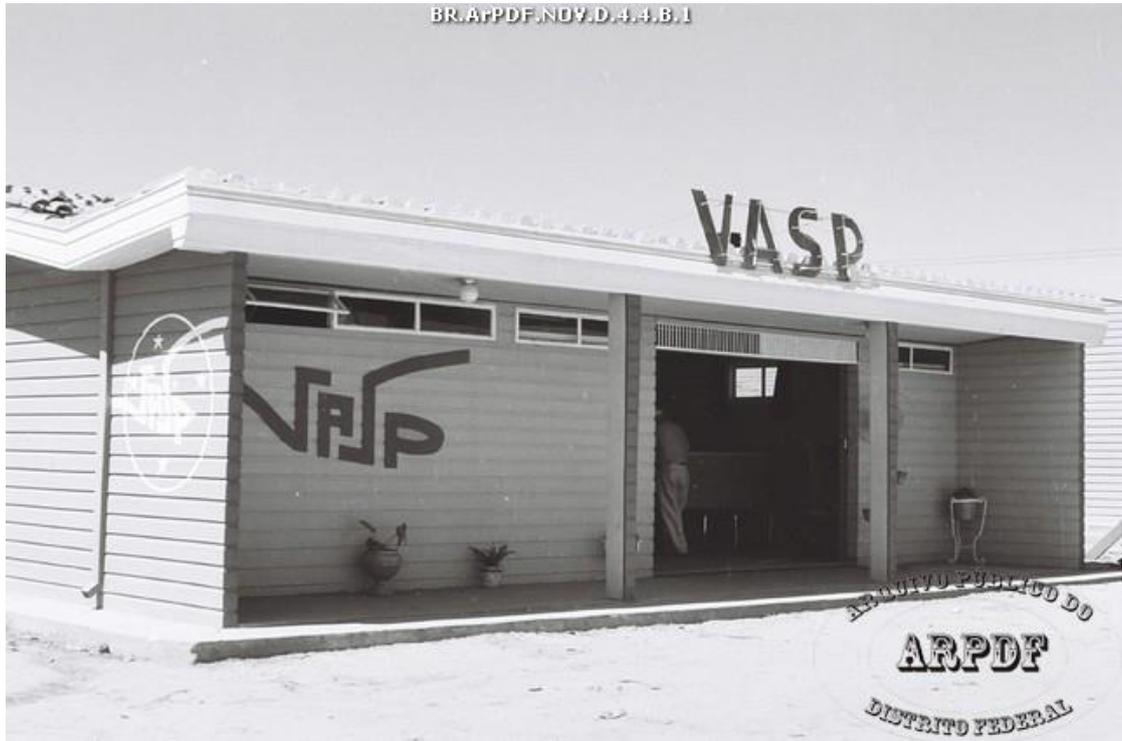
Arquivo Público do DF

Figura 6- Núcleo bandeirante - ponto comercial - construção em madeira, 1956-1960.



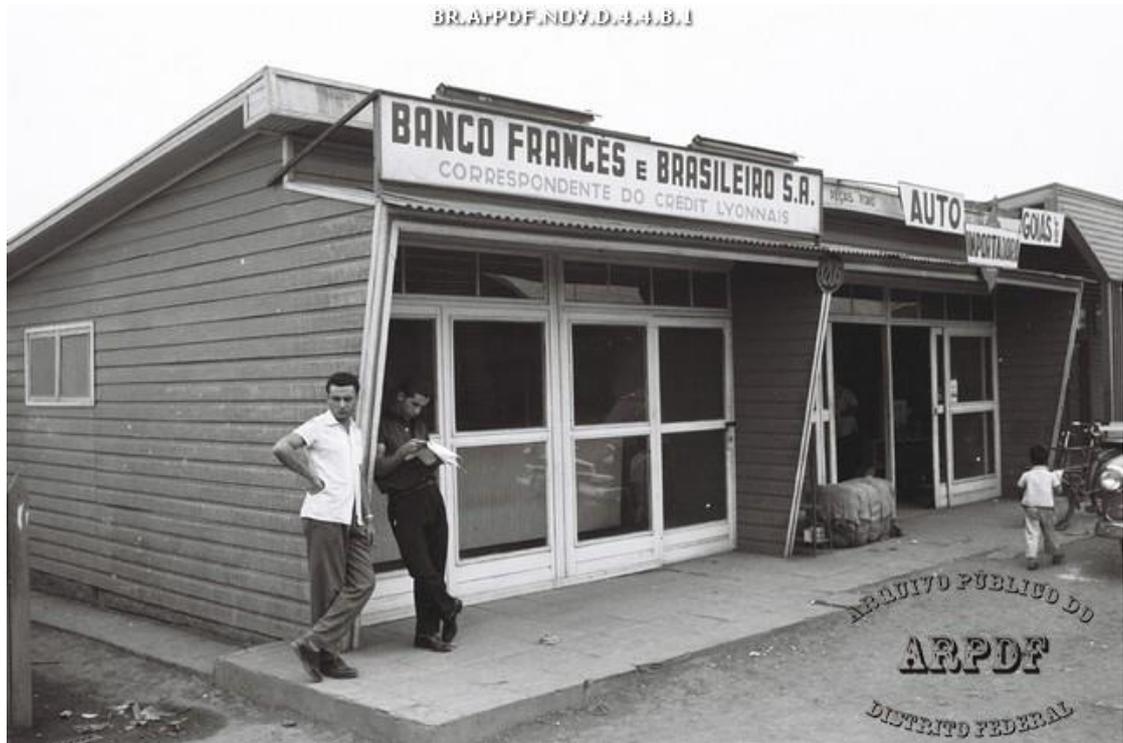
Arquivo Público do DF

Figura 7- Escritório da Cia aérea VASP - Núcleo Bandeirante- construção em madeira, temporária - 04/01/1958, autor: Mario Fontenelle.



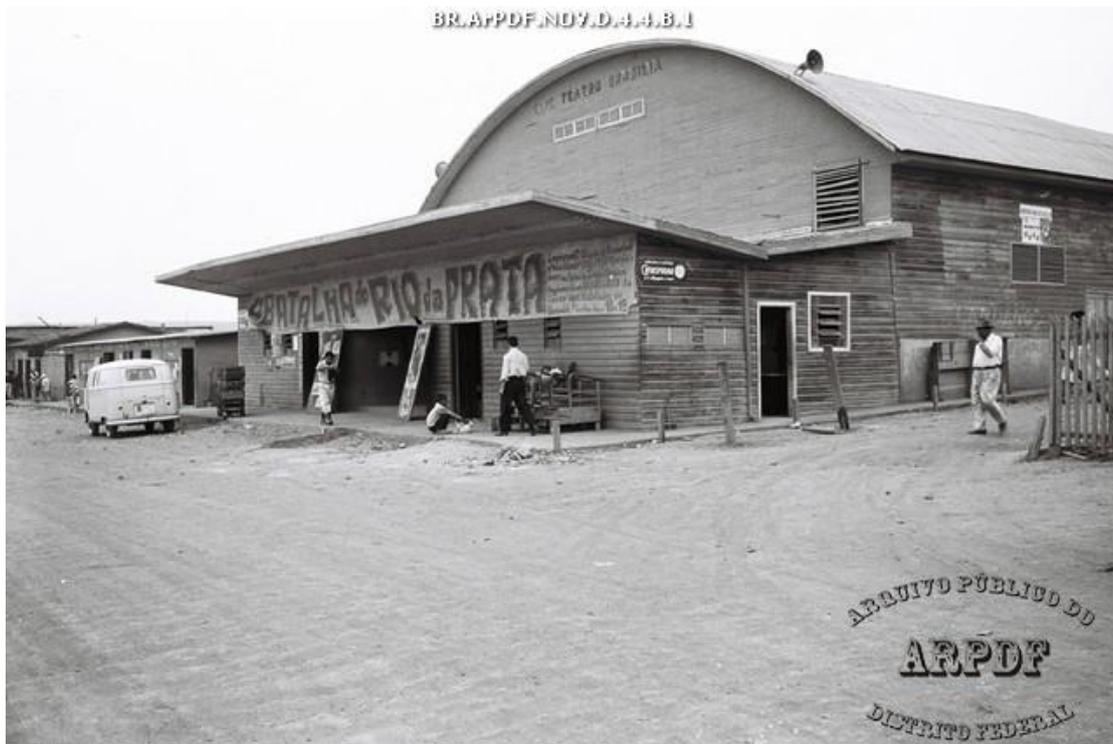
Arquivo Público do DF

Figura 8- Instalação Bancária - Núcleo Bandeirante, construção provisória em madeira (sem data).



Arquivo Público do DF

Figura 9- Cine Teatro Brasília, construção em madeira - Núcleo Bandeirante-DF, 1957-1960.



Arquivo Público do DF

Mais tarde e em tempo, CREASE (1962) tece os seus sentimentos sobre a cidade:

[...] A maior dentre as ocupações irregulares, a chamada Cidade Livre, já se tornou definitiva. Ela surgiu como expediente temporário, para atender às necessidades básicas dos pioneiros numa época em que a própria Brasília não passava de um canteiro de obras repleto de escavadeiras e bate-estacas. Foi na Cidade Livre que a ideia de Brasília floresceu e se exprimiu na evolução de um foco de vida urbana e de orgulho local. O espírito vigoroso de Velho Oeste permeia as suas ruas, em uma mescla de idealismo e comercialismo desenfreado. Apesar das tentativas de desalojar os moradores ao término de suas licenças provisórias, nada resultou disso; a comunidade já arraigada mostrou-se refratária a qualquer mudança. A decisão de reconhecer o inevitável e reurbanizar a Cidade Livre de acordo com padrões decentes é bem-vinda. A área tem uma localização conveniente, a cerca de treze quilômetros do centro de Brasília, e não parece haver para ela destino melhor o que se tornar um satélite. A vida urbana que ali brotou espontaneamente é preciosa demais para ser destruída; na verdade, não se consegue entender como foi possível construir Brasília sem levar em conta o papel desempenhado pela Cidade Livre; uma é parte da história da outra. A sua atmosfera descontraída e buliçosa faz um belo contraste com a elegância e formalidade de sua augusta vizinha (p.256).

Contrariamente à narrativa imbuída de afeto do autor fortemente influenciada pela atmosfera bucólica da cidade, vale ressaltar que os lotes foram cedidos em sistema de comodato. Portanto, a escritura não era definitiva e os lotes deveriam ser

devolvidos à Novacap ao final de 1959. Tratava-se, então “de um lugar provisório de modo a oferecer à Novacap o suporte necessário para a construção de Brasília e levar adiante uma saga⁷, “a maior concentração de esforços que já se teve notícia no Brasil” enfatizou Lúcio Costa.

Segundo Almino (2010) citado por SILVA (2011, p.43), nesse texto, o autor ilustra o processo dessa aglomeração humana:

A cidade atraía também gente de todo o Brasil, com um predomínio de mineiros e nordestinos. Quando os novos candangos não podiam morar com suas famílias nos acampamentos de obras, vinham para as áreas comerciais, dominadas por árabes e nordestinos, ou para as invasões que foram surgindo, Morro do Urubu e do Querosene, vila Esperança, Vila Tenório, IAPI, Divinéia, Vicentina e Sarah Kubitschek [...].

1.3 O humano, uma variável não controlada

Paradoxalmente, os idealizadores da nova Capital não imaginaram que os moradores, migrantes e imigrantes constituiriam uma socialização histórica do lugar na cidade de tábuas. “O lugar recebeu a marca do grupo” em vigorosa sintonia com as ideias de Maurice Halbwachs (2006).

[...] Era chamada de "Cidade Livre" precisamente porque cresceu em uma área livre dos regulamentos aplicados nos outros lugares. Suas liberdades baseavam-se no fato de que seus moradores importantes, os empresários, desfrutavam de concessão gratuita de terra e não pagavam impostos. Para as massas trabalhadoras que procuravam entrar no Eldorado de fronteira que era Brasília, contudo, a Cidade Livre era "livre" em outro sentido. Era uma cidade aberta. Em contraste com a zona de construção, era imediatamente acessível a todos: a quem acabava de sair do ônibus, a quem estava esperando a documentação para trabalhar na obra, a quem sonhava enriquecer da noite pro dia, a quem preferia as rotinas de um emprego no setor de serviços aos rigores da construção civil, a quem tinha a mais velha das profissões, a quem tinha o marido ou o pai trabalhando nos acampamentos. Qualquer migrante podia entrar livremente na Cidade Livre, achar livremente um lugar para morar, encontrar trabalho livremente - "livremente" significando, claro, de acordo com seus meios individuais (HOLSTON, 1993, p.254).

A história então gerada naquele local assumiu contornos de luta pela fixação da cidade e de reconhecimento por direitos sociais, na eminência do seu apagamento.

⁷ Os migrantes inicialmente visavam o emprego na empresa construtora da capital, a Novacap. A empresa que acumulava poderes de Estado, atendia os viajantes na chegada, catalogava a mão de obra e a endereçava aos postos de trabalho (MENDES DA SILVA, 2011, p. 9).

Em efeito, face às adversidades promovidas pelas revoltas dos movimentos sociais organizados, o presidente Juscelino assumiu verbalmente com os moradores o compromisso de fixar e urbanizar a “Cidade Livre”. Mas terminado o mandato, o compromisso não foi cumprido. No período eleitoral subsequente, o candidato Jânio Quadros, em comício na “Cidade Livre”, prometeu aos moradores fixar e urbanizar a cidade. Depois de eleito, Jânio descumpriu a promessa e ordenou a destruição dela e a transferência dos comerciantes para o Plano Piloto e dos demais moradores para as cidades satélites existentes⁸.

Não obstante, a cidade como polo irradiador continuou a atrair todos os trabalhadores e famílias que chegavam a Brasília, assim reforça o autor (VASCONCELOS, 1988, p.107)⁹:

Dois anos depois, em 1959, o IBGE apurou a existência de 15.751 pessoas morando na Cidade Livre. E quando da inauguração de Brasília, a população estava na casa dos 20 mil habitantes. Ao longo da década de 60 proliferou, próximo ao Núcleo Bandeirante, a chamada invasão do IAPI, cujo contingente atingiu os 80 mil favelados, em 1970. Com a transferência da invasão, em 1971, no governo Hélio Prates da Silveira, para a Ceilândia, a população do Núcleo Bandeirante fixou-se em cerca de 15 mil moradores.

Nesse contexto, observa-se então a participação ativa da sociedade civil na busca pelo reconhecimento, valorização e pelo sentido de preservação impregnado pelo espírito do lugar. Os moradores e grupos organizados contestaram a exclusão da cidade e organizaram o Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre. Graças ao caráter radical da luta e da organização estrita do movimento, a comunidade conquistou o reconhecimento da Cidade Livre como cidade-satélite no dia 20 de dezembro de 1961, com a sanção do presidente João Goulart à Lei 4.020/61. Para além do ato administrativo, o Movimento manteve-se na busca por direitos plurais, mas em decorrência do Golpe de 64, e naquela conjuntura com a perseguição e tortura de suas lideranças, o movimento extinguiu-se.

Vale citar, que os habitantes da Cidade Livre, vindos dos mais diversos locais do Brasil, e também do exterior, efetivaram uma organização em torno de objetivos

⁸ Segundo Hélio Silva (2011) cada comerciante tinha como atribuição buscar apoio junto a senadores e deputados dos seus Estados para a fixação da cidade.

⁹ Em determinado momento, a Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante) que era o polo pioneiro da construção da cidade, viu-se superpovoada com a proliferação de invasões em suas imediações. Nasceu daí a necessidade do primeiro núcleo habitacional periférico, implantando-se Taguatinga.

em comum junto à comunidade, ao tempo em que, mesmo sem intenção, construíam um sentimento de pertença com o local (SILVA, 2011).

CAPÍTULO II

2 INTRAMUROS, A CIDADE SE PROTEGE

A cidade se protege em si:

A cidade abrigava em seus hotéis de madeira, a quem chegasse; supria a todos, de gêneros e materiais básicos, na dupla função de feira e almoxarifado; saciava a sede e a fome em seus bares e em seus restaurantes rústicos, onde eram servidos pratos também da cozinha internacional; acolhia e oferecia entretenimento, lazer e conforto espiritual à grande massa humana de engenheiros, arquitetos, técnicos e trabalhadores braçais que participavam da epopeia da construção da nova Capital do Brasil no Planalto de Goiás (VASCONCELOS, 1978, p. 89).

Else Pereira Heine, chegou no dia 4 de agosto de 1957.

Minha família veio num caminhão que o meu pai havia comprado e gastamos 19 dias na estrada até aqui [...]. Quando chegamos em Brasília, não tínhamos onde morar: encostamos o pau-de-arara junto do rio e o meu pai comentou: Está bom aqui. Tem água. [...]. Não conseguimos falar com Bernardo Sayão, mas meu pai conseguiu um lote na segunda avenida. [...]. Else menciona um incêndio criminoso ocorrido no dia 13 de setembro de 1960 que destruiu o armazém de seu pai e ela ainda lembra “ mais de cem barracos, queimou grades, lojas, tudo. O presidente Juscelino veio aqui no dia seguinte e disse que, quem quisesse construir, que começasse logo no dia seguinte. E o meu pai construiu uma casa com 21 cômodos. Mas essa casa, posteriormente, foi demolida”.

A cidade se protege para si:

Em seu livro, RIBEIRO (2008), ao tratar do tema da habitação e sobre os conflitos gerados pela fixação dos trabalhadores em Brasília ressalta a participação intensa dos operários da construção civil nos movimentos políticos ligados à moradia e sua escassez: “em um deles - o movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante - os trabalhadores estão claramente em aliança com os comerciantes que lideram o processo e acabam sendo, em última instância, os mais beneficiados com os êxitos obtidos” (p. 236). Em termos, a diretoria do movimento buscava a fixação e urbanização da cidade, no entanto, no limite dos conflitos destaca-se que a Cidade Livre, era: “o único local onde se podia entrar livremente e procurar uma residência ou

uma atividade. Mas cresceu vertiginosamente, e logo se tornou uma cidade que não comportava as crescentes levas de migrantes que invadiam a sua periferia”¹⁰ (p. 237).

2.1 A luta pela fixação

Ribeiro, ainda em sua análise traz como fonte histórica o documento que abaixo mencionamos, para nos ajudar a compreender a trama do conflito e dos trabalhadores e moradores da Cidade Livre nessa teia da luta pela fixação e urbanização:

O Núcleo era o assentamento provisório que deveria deixar de existir no dia da inauguração de Brasília [...]. Em 1959 com a proximidade da inauguração, a questão da permanência no local passou a preocupar os seus habitantes e sobretudo a Associação dos Comerciantes [...] que apresentou reivindicações e sugestões à Novacap em nome da população (A Tribuna, Núcleo Bandeirante, 20 set.1959 (trecho citado em Ribeiro, op cit. p. 252,253):

- 1) Integração do Núcleo Bandeirante no plano urbanístico de Brasília como bairro da futura capital da República, com a denominação de “Bairro Bernardo Sayão”.
- 2) Que seja elaborado pela Novacap com a cooperação desta Associação um plano que, entre outras coisas, fique assegurado o seguinte:
 - a) A venda ao proprietário de benfeitoria no Núcleo do respectivo terreno que ocupa;
 - b) Que essa venda ao proprietário seja efetuada por um preço razoável, sem entrada para ser paga a longo prazo;
 - c) Que o produto da venda desses terrenos seja empregado na urbanização do futuro bairro;
 - d) Que seja atribuído somente um terreno a cada proprietário de benfeitoria existente atualmente;
 - e) Fica reservado à Novacap o direito de vender ou não, um terreno, como imóvel alugado desde que seu legítimo dono nele nunca residiu e jamais tenha residido em Brasília;
 - f) A Novacap, dentro do plano mencionado no ponto dois acima, assegurará a cada habitante pioneiro do Núcleo Bandeirante, comprovado realmente como tal, a preferência para aquisição de terrenos excedentes ou dos que vierem a ser demarcados no futuro bairro.

Neste momento, elencamos alguns depoimentos, nesse capítulo, a fim de corroborar na fundamentação do trabalho e desenhar uma compreensão do modo de sentir, agir e de pensar desses pioneiros como atores e agentes de um tempo num

¹⁰Essa tensão por moradia na Cidade Livre a partir de 1958 vai motivar a criação de outras localidades, a exemplo de Taguatinga e Vila Amauri. Essa pressão demográfica pode ser explicada também pela migração de um número importante de nordestinos expulsos pela seca. Da mesma forma, em dezembro de 1958 novas construções foram formalmente proibidas na Cidade. Nesse período, deu-se então o afluxo do processo de invasão das áreas periféricas da Cidade Livre e dos acampamentos.

espaço definido. Assim, nesse diálogo com o passado mediado pelos depoimentos orais, sublinhamos essa elucidação trazida por BRITO (2014, p. 978):

[...] quando falamos em patrimônio, direta ou indiretamente, nos referimos ao passado, a herdeiros e heranças. Não é por acaso que o termo, em inglês, *heritage*, se reveste explicitamente desse significado. Dessa forma, há que considerar sua dimensão memorial composta de seleções, descartes, rasuras que constroem determinadas imagens, manipulam outras, na seleção de acontecimentos que, muitas vezes, visam ordenar uma narrativa.

Dessa forma, consideramos que a história oral, a memória e a lembrança revelam a significância do Movimento representativo de um processo social, cultural e político:

Entrevista com dona Philomena (in memória, pioneira, parteira e enfermeira):

[...] após a longa jornada de trabalho, muitas vezes ainda era obrigada a enfrentar o fogo que destruía os barracos dos moradores numa tentativa oficial de fazê-los mudar de ideia e aceitar a transferência para outras localidades do DF. Foi uma sem trégua que durou mais ou menos até 1968. Naquele tempo [...] a GEB (Guarda Especial de Brasília¹¹) [...] um verdadeiro terror para a população do Núcleo Bandeirante. Coitados! Povo bobo, não sabia reagir se matassem uns dois ou três, juro que endireitava. Aqui não tinha escola, minha escola era um barraco que ajudei a fazer. Fazíamos uns banquinhos de tábua para os alunos. Chegou a ter 680 alunos em cinco salas de aula” (SANTOS, MORAES, e PANTOJA, 1994, p. 43).¹²

Philomena, foi ativista do Movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante. Fundou a primeira creche do Núcleo Bandeirante que ainda se situa na 3ª Avenida.

A pressão para a retirada dos moradores da cidade se acentuou após a inauguração de Brasília. Tradicionalmente, parte significativa do comércio de Brasília localizava-se no Núcleo Bandeirante, desde eletrodomésticos, cinema, gás, roupas, peças, restaurantes, etc. Tudo era vendido na cidade. Dessa forma, nem os moradores ou comerciantes queriam abandonar seu território ou transferir seus negócios.

O depoimento colhido pelo Arquivo Público do DF de Waldemar Alves de Magalhães, vice-presidente do Movimento, pioneiro, enriquece com detalhes a compreensão do Movimento:

¹¹ A guarda era vinculada à Nocacap.

¹² Philomena Liporini Mazzola chegou à Cidade Livre em janeiro de 1957, vinda do interior de São Paulo onde trabalhava como parteira há 30 anos. Veio como parteira para Brasília.

Eu sou nascido no dia 27 de outubro de 1915, em uma fazenda, meu avô, meu pai eram fazendeiros no interior de São Paulo

Foi em 27 de janeiro de 57, bem no começo, tinha talvez uns quatro ou cinco barracos em construção, não tinha nada funcionando ainda, nem comércio, nem residência, eu dormi em uma barraca de lona naquela travessa da Anhangüera com a que vai para a Administração do Núcleo Bandeirante...

Porquê na época só no Núcleo Bandeirante podia se construir, não existia mais nada, a maioria mesmo que Plano Piloto ainda era terraplenagem, então só podia ficar no Bandeirante. Embora o Israel Pinheiro fosse contrário disso, tinha sempre uma discussão entre o Bernardo Sayão e o próprio presidente Juscelino, ele não queria aquele acampamento particular, mas os dois foram mais fortes do que ele, ...

[entrevistador] - O senhor participou do movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante, e o quê era o movimento?

(WM) - O movimento era o seguinte, tinha chegado a inauguração de Brasília, e ainda estava na direção que corresponde ao cargo hoje de governador, o Israel Pinheiro que era o prefeito de Brasília e por maneira nenhuma ele queria que o Núcleo Bandeirante permanecesse, mas o Núcleo já era uma cidade, tinha tudo, gente que vendia até avião, carro, nós tínhamos tudo que uma cidade pode ter, então a gente sabia que não era possível tirar o Núcleo Bandeirante. Nós partimos para o Congresso, nosso líder era Joaquim Cândido Garcia Neto que já é falecido, tem uma estátua de frente à Administração do Núcleo Bandeirante, e eu era o vice presidente dessa organização, depois interromperam, cassaram quando veio a revolução o mandato dele e eu assumi a presidência do movimento pró-fixação e levei até onde foi possível levar.

(entrevistador) - O senhor quer contar a historinha, sobre a pró-fixação, agora?

(WM) – Pois é. Então veio a fixação. E como a gente estava também entrosado em política, principalmente eu, era secretário geral de um partido político e com isso tinha acesso a todos os parlamentares, aos ministros, a Presidência da República.... Nós começamos no período do Jânio, mas o Jânio correu logo e nós ficamos com o Jango, e deu certo, porque nós já tínhamos uma certa intimidade com o Jango que ele foi assinar, sancionar o decreto no próprio Núcleo Bandeirante, a fixação já era para ser feita com água, luz, telefone, essas coisas tudo. Mas como o diretor do departamento de luz que era o DCL, na época, era o Afrânio, ele era um dos que faziam parte do grupo de Israel Pinheiro então ele ainda acreditava na retirada do Núcleo Bandeirante, não queria pôr luz de forma alguma, a gente ia quase todo dia no departamento dele que era onde hoje funciona a administração da Candangolândia, ali que era a administração da NOVACAP e ele tinha uma pequena sala lá que era o departamento de força e luz na época, tinha o DAF, o DCL, todos esses departamentos hoje espalhados por Brasília, naquele tempo era tudo naquele local que funciona até hoje. E a gente estava nessa tarefa dura, nós precisávamos de luz, de água, se bem que água nós até já tínhamos, nós ligamos, pedimos permissão à direção da NOVACAP e fizemos uma rede de água, onde está a minha chácara hoje, fizemos mutirão, uma caixa, movimentamos comerciantes, cada um deu Cr\$ 5.000,00 naquela ocasião, era até um bom dinheiro, compramos material e fizemos um mutirão misto lá entre o povo e os funcionários da NOVACAP mas faltava telefone, luz e a gente estava atrás da luz e não conseguia. O Afrânio... um dia nós fomos em uma festa, eu era convidado para todas as festas que tinha, porque eu era um dos fundadores da Associação Comercial, ocupava o principal cargo da maçonaria em Brasília, então todo mundo me conhecia e em uma das festinhas ele tomou uns golinhos e cometeu uma bobagem, “Olha, eu ponho luz em qualquer lugar, no mato aqui em Brasília, menos no Núcleo Bandeirante.” Quando ele falou assim, nós não dissemos nada para ele, no outro dia nós estávamos no Palácio da Alvorada, não no palácio do despacho, eu ia muito lá porque o secretário particular do presidente era meu auxiliar na

maçonaria, era o Calçado da Rocha, amanheci no palácio, levei o Garcia também, que ele era bom para falar, para historiar as coisas, chegamos e falamos logo com o presidente: “Olha, o Afrânio é que tava trabalhando, que num quis pôr luz no Núcleo Bandeirante e disse que num pôe a luz no Núcleo Bandeirante.” Aí que veio uma decisão muito sábia, uma parte da turma, que nós fomos umas 7 pessoas e a maioria queria dar castigo para o Afrânio, mas só que ele disse o seguinte, ele perguntou: “Quantos dia vocês acham que dá prá instalar a luz lá no Núcleo Bandeirante?” Eu falei: “10, 12 dias dá prá instalar a luz.” A cidade era pequena dava para instalar a luz, ele chamou o Calçado da Rocha que era o meu amigo e meu auxiliar na maçonaria, falou: “Manda fulana, (era uma moça forte assim como essa) e disse: “manda bater um ofício envia lá para o Evaristo e manda uma cópia lá pro Afrânio, e no ofício você pôe: tal dia (ele fez os cálculos, deu uma tolerância de mais uns 4, 5 dias) e manda prá lá dizendo tal dia e tal hora o presidente da república estará inaugurando a luz lá no Núcleo Bandeirante.” E assim foi feito, eu gostei demais, para mim foi a ordem (“orde”) de uma autoridade com mais sabedoria que eu já vi na minha vida, foi essa.

(entrevistador) - Isso foi em quê ano seu Waldemar?

(WM) - Acho que 62, o Bandeirante já estava fixado, porque a fixação veio no dia 14 de dezembro 61 depois da inauguração, ele queria tirar de qualquer maneira. Em 14 de dezembro 61 foi a fixação, o presidente esteve lá, nós fizemos uma festa muito grande no Bandeirante, matamos quase uma dúzia de vaca, levamos caminhão de tomate, pão, outras coisas, fizemos uma festa gigante para a fixação, só que era justamente para estar com água, luz, telefone e não tinha, então que veio esse caso da luz, três dias depois já estava chegando caminhão com bobina de fio, com poste, operário com a escavadeira, cabos grandes assim para abrir um buraco, naquele tempo essas patolas, essas máquinas ainda não estavam equipadas para fazer esses buracos para posteação como tem hoje.

Ah era, o Núcleo Bandeirante sempre foi atuante, e como é até hoje, é o lugar mais politizado de Brasília, vem gente de toda parte e os que vieram para Brasília nos primórdios, a gente mais esclarecida e que achava que tinha necessidade de conduzir política também.

(entrevistador) - Havia muitas Associações e qual era o papel delas?

(WM) - Bom, a Associação Comercial, o papel dela como eu falei, era cuidar dos comerciantes, mas como havia necessidade de atuar nas outras áreas ela atuou como clube e também como ponte para o colégio, para começar a educação também.

(entrevistador) - E o senhor acha que o Núcleo Bandeirante de hoje é melhor do quê no início de 57 até 60?

(WM) - Não. Ele não melhorou quase nada, porque nós perdemos muita coisa, hospital, posto de saúde que tinha dentro do próprio Núcleo Bandeirante, o IAPI que funcionava com todo seu sistema de serviço e atendimento ao usuário, mudou para o Guará e assim por diante, a gente tem levado muitas desvantagens, na minha opinião é o seguinte, as autoridades precisavam e precisam ainda voltar as vistas para o Núcleo Bandeirante, que sendo a cidade pioneira merece um pouco mais de carinho. Que é considerada a cidade mãe, queira ou não queira é a cidade mãe

Listamos alguns protagonistas, abaixo identificados, levantados por uma pesquisa extensa, coletada com moradores da cidade, pela autora, num registro de nomes que oficialmente se desejou esquecidos, numa tentativa de apagamento da memória social de um movimento autêntico:

Valdemar Magalhães – Foi vice-presidente do Movimento Pró-Fixação e Urbanização da Cidade Livre.

João Tenório – Veio para a Cidade Livre em 1957 ainda garoto. Filho do fundador de uma das maiores invasões da época da Cidade Livre, Vila Tenório.

Dona Júlia (Julieta Silva) - Nasceu em 30 de julho de 1927. Chegou na Cidade Livre em 1957. Foi dona do bar “O Vencedor” e fundadora de um dos primeiros terreiros de Umbanda de Brasília “Tia Maria de Minas”

Dona Shirley Batista – 64 anos, filha de Laura Batista. Era costureira profissional com 15 anos. Passou a infância na Cidade Livre.

Dona Laura Batista – 87 anos, veio de São Paulo para a Cidade Livre em 1956. Inicialmente, morou na carcaça de um ônibus que ficava atrás da Igreja do Padre Roque. Depois, ela fez um hotel e um bar.

Antônia Luíza Gonçalves – Nasceu em Itapagipe – MG, no dia 3/06/23. Chegou na Cidade Livre em 1957. Era tintureira. Prestava serviço para os hotéis São Judas Tadeu, Santos Dumont e também para os engenheiros que ficavam hospedados nos hotéis. Depois, trabalhou para os parlamentares.

Lázaro Gonçalves da Costa – Nasceu em Itapagipe, filho de Dona Antônia. Veio para a Cidade Livre em 1957, com 7 anos. Foi engraxate, vendedor de pão. Até hoje mora no Núcleo Bandeirante.

Guilherme Sapateiro – Chegou na Cidade Livre em 1958. Nasceu em 10/02/1930, em Porangatú, Goiás. Era funcionário da SATA e trabalhou como auxiliar de pista no aeroporto. Depois se tornou sapateiro e até hoje exerce a mesma profissão.

Osminda Ediwirges de Oliveira – Esposa do seu Guilherme. Nasceu em 28/02/1932, em Agreste, Pernambuco.

Paulista (Iremar Carlos Ferreira) – Chegou na Cidade Livre em 1957. Era dono de uma oficina mecânica que sofreu um incêndio. Militante político, atualmente mora na Candangolândia, onde criou a praça dos estados.

Dona Nega (Joselina Batista) – Nasceu em 07/05/1918 e chegou na região de Brasília em 1955. Foi dona de um bar na região do baixo meretrício.

Danúbio Martins de Oliveira – Nasceu em 12/07/1947 e chegou na Cidade Livre em 28 de abril de 1957. Passou toda infância na Cidade Livre e seu pai era dono do Armazém Oeste. Foi apresentador do Clube Artístico do Ginásio Brasília na década de 60. Em 1967 foi apresentador do programa “Brasília se diverte”.

Dona Divina Rodrigues Casimiro de Oliveira – Nasceu em 18/01/1941, em Anápolis. Veio para a Cidade Livre em 1957 e com seu marido tinham o estabelecimento Bela Vista, que sofreu um incêndio em 1960.

Maria Maura Figueiredo – nasceu em 11/10/1950, chegou na Cidade Livre em 1960. Foi a principal ajudante do Padre Roque por longos anos até sua morte. Atualmente é a coordenadora da pastoral catequética e litúrgica da Paróquia do Padre Roque.

2.2 Patrimônio e democracia cultural

De se realçar que a construção da identidade se dá quer pelo processo intrínseco ali desenvolvido, quer pela ausência institucional do Estado. Ora, pensar um núcleo pioneiro numa estética faroeste (pensar o significado) é compreender uma paisagem cultural articulada com a presença de homens e mulheres, quiçá uma paisagem humana. No limite, o forasteiro significa a estética, e no processo do Movimento é a metáfora entre o lugar e o outro, que “envisiona” aquele que se ressignifica como assento, amálgama, cimento, articulado ao sentimento do pertencer, do estar, do ser, síntese do entre-lugar. E, esse movimento entre identificações fixas para Bhabha traduz-se como passagem intersticial e abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta” (1998, p.22). A experiência social do forasteiro nesse cotidiano extraordinário consolidou uma unidade, uma identidade plural e diversa. A prática preservacionista do lugar por meio do Movimento é a *praxis* da identidade que se materializa no patrimônio. As relações de afeto, de solidariedade por meio de histórias de vida entrelaçadas, instauram essa identidade híbrida, e, segundo Bhabha (1998), a identidade é também forjada pela visão do outro. Assim, em efeito, as identidades híbridas vinculam-se à extraterritorialidade e às migrações, no processo das histórias de vida. O eu é minha construção imbricada ao outro. A Cidade Livre, tomada como paisagem cultural, vincula-se como reconhecimento identitário e reverbera numa narrativa plural.

Em 1982, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada no México, denominada Mondiacult, discutiu a relação entre cultura e desenvolvimento e constituiu-se enquanto uma referência para a promoção e proteção dos direitos

culturais. Em 1986, A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas lançou o documento *Nosso Futuro Comum* (1988) que trouxe como questão central a problemática da imbricação entre crescimento e desenvolvimento sustentável.

O documento, *Nossa Diversidade Criadora* (1997), concebe o desenvolvimento como sendo cultural, conferindo especial importância e centralidade à cultura enquanto finalidade do desenvolvimento.

Um ano depois, a Conferência da UNESCO (1998), situa o desenvolvimento sustentável de forma relacionada ao desenvolvimento endógeno e à valorização da diversidade cultural.

Nessa perspectiva, vale ainda acrescentar e ressaltar a importância concreta das Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, enquanto importantes referências no processo de ampliação da valorização da diversidade cultural.

A Convenção assume como premissa básica a diversidade cultural enquanto patrimônio comum da humanidade. Para a relação entre cultura, desenvolvimento e diversidade cultural, esse reconhecimento corresponde ao imperativo de proteção e promoção da diversidade cultural enquanto memória coletiva e como contribuição estratégica ao desenvolvimento das sociedades.

Trabalhar com o desenvolvimento sustentável na perspectiva de promoção da diversidade cultural implica simultaneamente proteger as identidades culturais reconhecidas, quanto promover interações entre culturas diferentes, permitir o contato com o desconhecido e proporcionar inovações. Ou seja, significa aliar o tradicional ao contemporâneo por meio do diálogo intercultural, das trocas e redes que reconheçam os outros em iguais condições de dialogar.

Em outras palavras, a democracia cultural concebe o desenvolvimento de baixo para cima e de dentro pra fora.

Essa cosmovisão situa todo um sistema de vida, cuja organização social básica é a comunidade e cuja organização política trabalha com resoluções internas e dialogadas de conflitos por meio de consensos e assembleias. Descolonizar significa reconhecer o diferente, valorizar sua diferença, e conviver com outras formas de

compreender o mundo e de se relacionar com ele. A interculturalidade se constitui enquanto aspecto fundamental nesse processo, no qual diferentes saberes e culturas podem conviver, se combinar e contagiar, interagir e se transformar, de forma simétrica e sem opressão ou imposições de poder.

2.3 O movimento se organiza

O jornal *Cidade Livre* trouxe em sua primeira página a seguinte declaração de Juscelino, presidente da República:

Ninguém melhor que o Presidente sabe do sacrifício da gente que para aqui veio formar o Núcleo Bandeirante. Por essa razão não poderia deixar de atender àqueles que ajudaram a construir Brasília. Haverá lugar para todos. O Núcleo Bandeirante devidamente urbanizado, ficará onde está, mesmo que eu tenha que fazer o impossível. Esta é a melhor homenagem que o meu governo presta aos que me ouviram e em mim confiaram". (N.4, 7 7/7/1960)

O Movimento Pró-Fixação contou com vários departamentos, a exemplo do de relações públicas, o cultural e, inclusive, um departamento de propaganda que realizava filmes sobre as manifestações de massa que ele patrocinava (Ribeiro, 2008, p.255). O autor ainda menciona que os filmes eram projetados em praça pública a fim de incentivar a mobilização e a discussão sobre a fixação da cidade. O movimento também possuía outro meio de comunicação, o jornal impresso, intitulado, *O Núcleo Bandeirante* oficial do movimento, ele era responsável pela veiculação das informações e acontecimentos vinculados aos objetivos do movimento.

Segundo Ribeiro (2008, p.257), a organização interna do Movimento era constituída por uma diretoria, um presidente, três vice-presidentes, secretaria e tesouraria. Ribeiro ainda assinala a conjuntura política na qual o movimento transita enquanto conflito. "Em menos de um ano, o país passou por três presidentes: JK – Juscelino Kubitschek, cujo mandato expirou em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros que renunciou em 21 de agosto de 1961 e João Goulart que tomou posse em 7 de setembro de 1961".

CAPÍTULO III

3 A CIDADE DA MINHA CASA

Sobre o projeto idealizado de Brasília, Lúcio Costa, explica a Vidal:

[...] tratava-se de estabelecer ao longo do eixo residencial, todos os modelos econômicos, de maneira que toda a população more na cidade e não na periferia. Juscelino Kubitschek disse que não, que isso não era possível, que a cidade era para os funcionários públicos, os comerciantes e, para a população que não tem condições, se pensaria em centros urbanos na periferia. “Essa gente não deve se instalar no Plano Piloto” (2009, p. 223).

Em análise o autor Vidal constrói a seguinte observação:

Dessa forma para Lúcio Costa, as cidades-satélites não deverão em caso algum tornar-se cidades-dormitórios, mas representar um meio de controle da expansão urbana. Essa não é a ideia de Juscelino Kubitschek: para ele, o Plano Piloto deve ficar reservado para os funcionários públicos. As outras categorias da população ficariam alojadas nas cidades-satélites. Essa ideia já tinha sido colocada desde 1948 pela Comissão Polli Coelho. [...] os habitantes oficiais ficariam alojados na própria capital e o terço restante nas cidades-satélites. [...] situadas entre 30 e 60 quilômetros do centro da capital (2009, p.224).

3.1 Cidade Livre, a primeira quebra da lógica de um planejamento

Nessa circunstância, deve-se considerar que Brasília, como sede do poder Federal, tem no planejamento de ocupação do espaço¹³, uma busca de seu isolamento físico, na perspectiva de um tipo de isolamento político: dificultar as manifestações de contestação. A observação do mapa da cidade nos auxilia a ilustrar essa condição. O lago Paranoá, a leste, e, em sua margem oposta à sede do poder Federal, Lago Sul, área residencial de alto valor financeiro, configura-se como espaço impeditivo à sua popularização; ao lado, o jardim botânico e a reserva do IBGE ou do Roncador, mais a área do aeroporto e a área do zoológico, seguidos de uma grande área com terrenos de 20.000 m², chamada Park Way, que levava a uma baixa densidade demográfica e impopular; mais área para órgãos públicos e o setor de Indústria e Abastecimento (não residencial), contíguo e contornando o plano piloto da

¹³ Não poderíamos deixar de mencionar que segundo Lucio Costa Brasília foi concebida como uma cidade parque.

cidade de Brasília, o Parque Nacional de Brasília, que se estende até o lago Paranoá, em sua face norte, implicando dessa forma numa espécie de bloqueio móvel.

Internamente, nesse sítio, a ocupação espacial é hierarquizada socialmente pelo valor econômico da terra e construções com nítidas separações entre elas, a exemplo, dos parques da Cidade na Asa Sul e Norte (projetado) e o lago Paranoá.

Essa concepção do conjunto espacial sugere pistas dessa configuração como fator preocupante da política na ocupação do espaço físico em ocorrência numa concepção de o poder político, à época, transitar pelo físico mais do que pelo informacional dos tempos de hoje.

É neste contexto que se pressupõe uma espécie de hierarquização do espaço físico, associada a uma estratificação social e a uma estrutura política.

O Plano Piloto seria constituído de pessoas sob o domínio do poder Central, as demais pessoas iriam para as distantes cidades satélites. Quebraram essa lógica, fatos posteriores, como a Candangolândia, a Vila Planalto e, em seguida o Varjão, a Vila da Telebrasília e a invasão da Estrutural. A Cidade Livre é a primeira a quebrar aquela lógica, numa afirmação da força do enraizamento e de uma identidade forjada no cotidiano da vida e na apropriação do espaço. Esse é o seu significado histórico e uma evidência de que o humano se sobrepõe, algumas vezes, à lógica do poder institucional.

Com esse entendimento, é possível explicar a iniciativa de o presidente da República manifestar-se sobre a luta pela fixação do Núcleo Bandeirante. Nessa ótica, talvez, o Núcleo Bandeirante fosse um enclave para esse poder, sobretudo levando-se em consideração sua proximidade física e direta com a escala monumental.

3.2 Da Cidade Livre ao Núcleo Bandeirante

Os partidos políticos que atuavam no território da construção de Brasília perceberam a importância da questão da habitação e envolveram-se direta ou indiretamente na organização e dinamização desses movimentos¹⁴. No caso do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, num processo de intensa interação entre o lugar, a cidade e aqueles que nela orbitam, houve o envolvimento do Partido Socialista Brasileiro e de outros partidos e, em particular, do

¹⁴Em 1960, na época da inauguração, Brasília contava com 127.200 habitantes, dos quais quase a metade (59.400) residia nas cidades-satélites (PAVIANI, 1985, p. 38).

deputado federal Breno da Silveira principal defensor do Movimento junto ao Congresso Nacional. Esse conjunto de atores sociais e em especial a presença da liderança do Padre Roque, que partilhavam o mesmo desejo, legitimaram a apropriação desse lugar pelos moradores.

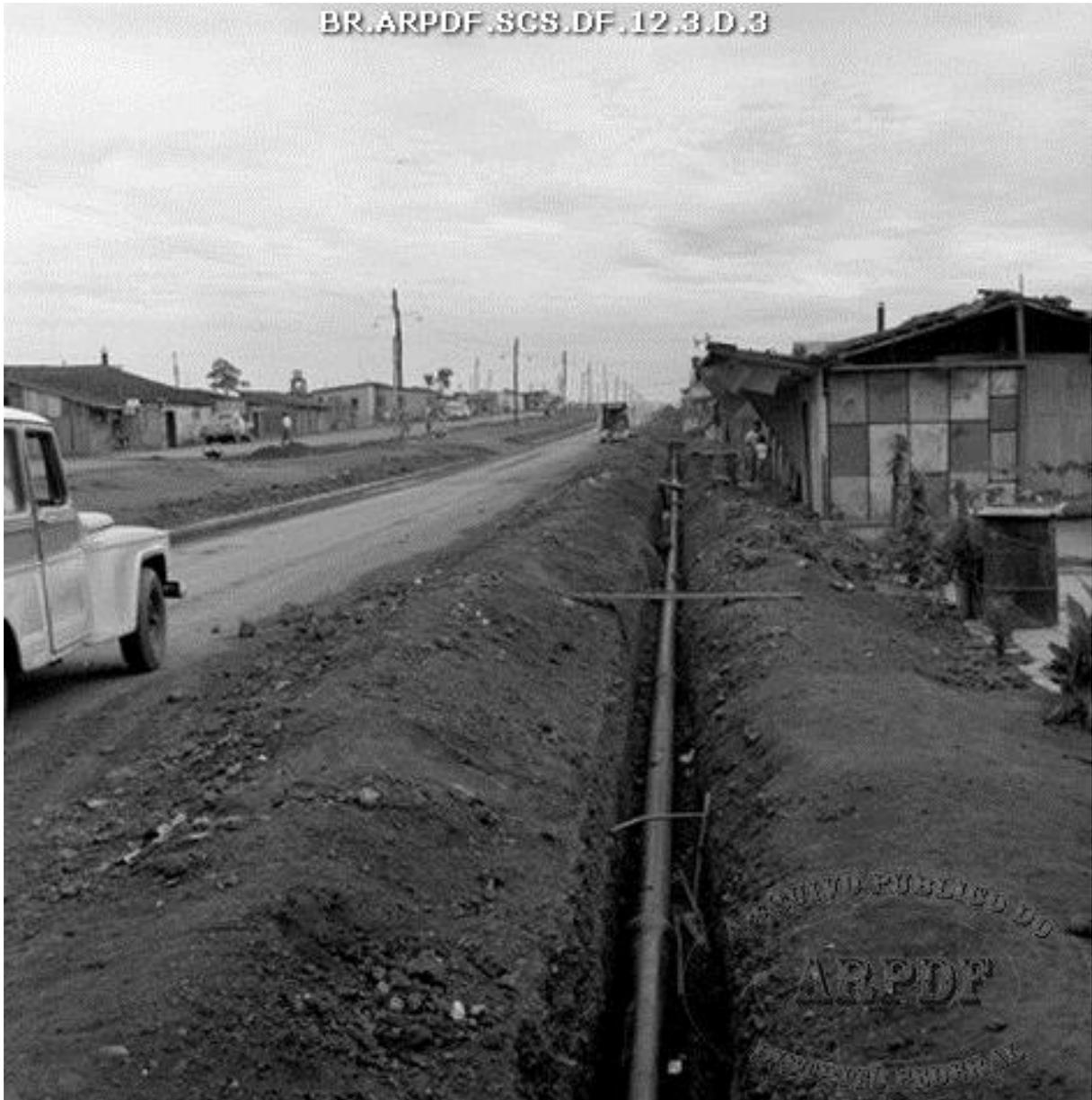
Uma memória evidencia o significado daqueles acontecimentos. Joaquim José de Oliveira (de Fernandópolis-SP), um pioneiro, que chegou no dia 15 de junho de 1957, menciona, em seu depoimento, o Cine Bandeirantes onde assistia a filmes do Tarzan. Relembra que o cinema foi demolido entre 1962 e 1963 juntamente com os bancos que foram transferidos para a Asa Norte. Em setembro de 1961 iniciaram-se, segundo ele, as remoções da zona boêmia, das casas de prostituição. Deslocaram o comércio para a Asa Norte, relembra Joaquim.

Sobre o Movimento ele ressalta:

[...] quando começou o Movimento Pró-Fixação ninguém quase não tinha tempo para ficar no salão. A gente tinha que organizar a luta. Construímos um galpão onde a gente se reunia no Movimento. A primeira vez que o presidente Juscelino chegou ao salão, naquele carro preto Aerowilles de antigamente, fiquei pensando: que homem é esse? Eu, [...] agora falava com o presidente da República (SANTOS, MORAES e PANTOJA, 1994, p. 50).

O nome Núcleo Bandeirante foi decorrente de o presidente da República referir-se aos seus moradores como os bandeirantes modernos, inspirado nos Bandeirantes sertanistas. A ideia de a cidade da minha casa subverte o planejamento oposto do poder institucional. Assim, em janeiro de 1962 foi instituído um grupo de trabalho oficial para urbanização e fixação do Núcleo Bandeirante (VASCONCELOS, 1988, p.57)

Figura 10 - Canalização de água - Núcleo Bandeirante, em fase de urbanização, pós Movimento de Fixação e Urbanização, 12/11/1963.



Arquivo Público do DF

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em quase todos os caules finos das árvores, mais ou menos na metade da altura, há um ninho de formiga-branca, ou cupim, horrendo, quase do tamanho de uma cabeça humana. Perguntei a meu motorista, um rapaz melancólico, coberto de poeira, a respeito desses ninhos, e ele respondeu secamente que os cupins constroem no meio do tronco das árvores para ficar mais perto das frutas. Separados por quilômetros de vazio, uns poucos aglomerados de telhados podem ser vistos, colônias de empregados da construção e outros novos habitantes. O maior deles, de longe, é o chamado Núcleo Bandeirante, um nome romântico, comumente conhecido como Cidade Livre. Foi inaugurado oficialmente em fevereiro de 1957, com quatrocentos habitantes, e agora tem - um fato incrível e animador - 45 mil. "Tudo de madeira", disse o motorista, uma afirmação que ouvimos muitas vezes, porque num país latino feito de pedra, mármore, azulejos e gesso, uma cidade inteira construída deliberadamente de madeira é uma curiosidade. "E livre ela é, mesmo", acrescentou ele; foi seu último comentário até chegarmos ao hotel." BISHOP, Elizabeth. Prosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.209.

Como não falar da sua aldeia se ela é a tessitura do organismo vivo e pujante daqueles, dos nossos e dos que passarão, mas ela resiste, se reinventa e bela, marota, nos acalenta, nos dá um lar, uma casa, uma identidade e uma vontade de falar sobre ela. Dessas palavras narro um pouco das histórias que se entrecruzam nesse trabalho e da minha aldeia, nesse recorte, o Núcleo Bandeirante. E em particular os conflitos vivenciados pelos atores sociais daquele grupo naquele período. De fato, o trabalho pode nos remeter a um arquivo memorialístico de fatos vividos. Nesse sentido, rememorar a memória da cidade intramuros, implica narrar seus aspectos de esperança, evidenciar sua teia de solidariedade, a disposição do vir, o desafio da reconstrução cotidiana, a incerteza do trabalho, a distância do núcleo familiar, dos laços e afetos, sentimentos, transitório, o eldorado forjado, fabulado, o projeto mudancista ganha contornos, numa evidência de significativa resiliência.

Nesse campo de observações, é latente a percepção de como o conceito de identidade nos ajuda na compreensão dos diferentes processos históricos e sociais contemporâneos do percurso do Núcleo Bandeirante. Sobretudo partindo da perspectiva de que a identidade é formada por diversas representações e significações híbridas, como um processo enunciativo resultante de várias vozes e histórias ressonantes.

Outros teóricos partem de uma ideia de identidade concebida a partir de sistemas culturais. Ou seja, conceituam como "sentimento de pertencimento de

realidades” e “conjunto de significados compartilhados” (CANCLINI, 1995; HALL, 2001; KELLNER, 2001; BAUMAN, 2005).

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução.

Na análise dos discursos sobre o Movimento não se verifica litígios entre os grupos, não me pareceu haver, no interior daquela organização, disputas, rupturas, conflitos, nem mesmo o questionamento sobre a legitimidade do personagem líder, ou conflitos aparentes, adjacentes.

Conjunto urbano

Os traços da cidade nas avenidas e a relação entre os espaços físicos Mercado, Feira, Córrego, a bica da Metropolitana, a Praça, a Igreja, constituem lugares da memória espacial, como espaços de vestígios destacados da memória patrimonial. A relação, ligação, ponte desses objetos factuais constituídos como objetos materiais e imateriais do que já foi mas ainda carrega traços de permanência memorial.

Inventário - Lugares de memória em madeira:

- A Escola da Metropolitana (Centro de Ensino Fundamental)



Figura 11 - Escola da Metropolitana. Foto de Josiane Osório

- A Igreja da Metropolitana (Capela Nossa Senhora Aparecida)



Figura12 - Igreja da Metropolitana - Foto de Josiane Osório

Figura 13 - Interior da Igreja da Metropolitana



Foto de Josiane Osório

- A Capela de São José Operário, na Candangolândia, recebeu a primeira missa em local fechado do Distrito Federal, em 1957
- O conjunto estrutural do Galpão da Novacap, estrutura em madeira, fundações e esquadrias
- O Antigo cofre da Novacap na Candangolândia
- Museu Vivo da Memória Candanga
- A antiga biblioteca do Núcleo Bandeirante
- A casa da Dona Conceição na segunda Avenida

Patrimônio

Os traços da cidade nas avenidas e a relação entre os espaços físicos Mercado, Feira, Córrego, a bica da Metropolitana, a Praça, a Igreja, constituem lugares da memória espacial, como espaços de vestígios destacados da memória patrimonial. A relação, ligação, ponte desses objetos factuais constituídos como

objetos materiais e imateriais do que já foi mas ainda carrega traços de permanência memorial.

Depoimentos

Ao examinar os depoimentos, além da constatação de uma espécie de autonomia financeira do grupo (todos ganhavam a sua vida), a exemplo do salão de cabelereiro, a creche, o trabalho da Filomena como parteira, que ora ganhava a vida em seu ofício, ora trazia a vida ao mundo pelo ato solidário. Evidencia-se assim uma relação de solidariedade entre aquele grupo social e a memória dos lugares.

Finalmente, este trabalho pretende contribuir humildemente na conservação e transmissão dessa memória, e, em última análise, na sua patrimonialização.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt, A modernidade Líquida, Ed Zahar, São Paulo, 2001.
- BERGSON, Henri, Matéria e Memória. Ensaio Sobre a Relação do Corpo com o Espírito, Ed. Martins Fontes, 2010.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no planalto central. Brasília: Solo, 1994.
- BHABHA, Homi K., O Local da Cultura, Ed. UFMG, 1998.
- BOSI, Ecléa, Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos, Ed. Cia das Letras, 1999.
- BRITTO, Clóvis, A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense, Revista Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 975-1004, 2014.
- BRUCK, Mozahir Salomão, Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano, Revista do programa de pós-graduação em comunicação social da Faculdade de Comunicações e Artes da PUC Minas, n. 2, p. 196 – 199, 2012.
- BUCHAMANN, Armando José – Lúcio Costa – O inventor da cidade de Brasília. Brasília: Ed. Thesaurus, 2002.
- CANCLINI, Néstor García, Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade, Ed. Edusp, São Paulo, 2013.
- Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), México, <https://ich.unesco.org/es/1982-2000-00309>, acesso em 10/01/2019.
- COSTA, Lúcio. Brasília, cidade que inventei – Relatório do Plano Piloto de Brasília, DepHA - Departamento Histórico Artístico, Brasília-DF, 1991.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

CREASE, David, Progress in Brasilia: The Architectural Review, Londres, vol. 131, n. 782, 1962, p. 256-62.

CUÉLLAR, Javier Pérez de, Nossa Diversidade Criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, Ed. UNESCO/Papiros, Rio de Janeiro, 1987.

D'ALMEIDA Victor, História de Brasília, Ed. Thesaurus, Brasília, 1980.

DE VARINE, Hughes. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2012.

DURAN, Maria Renata da Cruz, BENTIVOGLIO, Julio, Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea, Revista Dimensões, vol. 30, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Coleção Museu Memória e Cidadania. Rio de Janeiro, 2007.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Brasília: a capital da segregação e do controle social - uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

HALBWACHS, Maurice, Memória Coletiva, São Paulo, Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Da Diáspora e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG e Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HARTOG, François. Os Antigos, o Passado e o Presente. Brasília: UNB, 2003.

HOLSTON, James. A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução de Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>, acesso em 10/01/2019.

KELLNER, Douglas, A Cultura da Mídia, Ed. Edusc, SC, 2011.

LASSANCE, Adalberto. Brasília & Distrito Federal: singulares, atípicos, diferentes, ed. Verano, 2002.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEAL, Luana Aparecida Matos, Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs, 2011, p. 1-8.

MEDEIROS, Crisomário de Sousa. Viver e resistir: luta por moradia Vila Varjão (1961-1988), Dissertação, Departamento de História. Brasília, UNB.2004

NORA, Pierre em Entre Memória e História, a problemática dos lugares, livre tradução de Yara Aun Khoury, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993, p. 1-22, PUC-SP.

OLIVEIRA, Juscelino Kubsticheck: Por que construí Brasília Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1975.

OLIVEIRA, Márcio. Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

OOSTERBEEK, Luiz Revisitando Antígona: o patrimônio cultural na fronteira da globalização, Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente, Um debate sobre a

globalização, cidadania e sustentabilidade, vol 1, Ed. Multideia Editora Ltda, PR, 13-30.

PAVIANI, Aldo. Processos de urbanização em Brasília, metrópole terciária do Brasil. Revista Travaux de L'Institut de Geographie de Reims, n.61-62, 1985.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, a .10, 1992, p. 200-212.

_____, Em Memória, Esquecimento, Silêncio, tradução Dora Rocha Flaksnan in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. N.3, 1989, p. 3-15

PRIORI, Angelo. História, Memória e Patrimônio. EDUEM, PR, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins, O capital da esperança, Ed. UNB, Brasília. DF, 2008

RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, Propaganda Imaginário Social na Construção de Brasília. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da UnB. Brasília/DF, 1990.

SANTOS, Eustáquio, MORAES Y Menezes, PANTOJA Tereza. Audácia, Perseverança e Fé - A Epopeia do Núcleo Bandeirante. Edições Cidades, Gama, DF, 1994

SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965

SAYÃO, Lea. Meu pai, Bernardo Sayão. Senado Federal. (Centro Gráfico). Brasília/DF, 1984.

SCIFONI, Simone, Os diferentes significados do patrimônio natural. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SILVA, Ernesto. História de Brasília. Um sonho, uma Esperança, uma Realidade. Brasília: Ed. Coordenada, 1971.

SILVA, Hélio Mendes da. De Espaço Provisório a um lugar de experiência identitária: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre. Dissertação, UNB, Brasília, 2011.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da E. UFG 1997, Pag 78, 79 e 80 90 e 91 in a Construção de Brasília, Modernidade e Periferia.

TAMANINI, Lourenço Fernando. Brasília: Memória da construção. Brasília: Royal Court, 1994.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. Nos tempos da GEB (1956 – 1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília. Brasília: Ed. Thesaurus, 1996.

VARELA, Sebastião. O Candango na Fundação de Brasília. Brasília/DF, Ed. nd, 1981.

SANTOS, Affonso Heliodoro dos. JK de Diamantina ao Memorial. Brasília: Ed. Gráfica e Jornalística Ltda, 1983.

SOUZA, Marco Aurélio dos Santos, em O Entre-lugar e os estudos culturais, Revista Travessias, n. 1, www.unioeste.br/travessias, 2007 p. 1-13.

UNESCO, Conferência, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2001 <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural/>, acesso em 10/01/2019.

_____, Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224>, acesso em 10/01/2019.

VASCONCELOS, José Adirson. A mudança da capital. Brasília: Edição da Gráfica e Ed. Independência, 1978.

_____, As cidades satélites de Brasília. Centro Gráfico do Senado, Brasília, 1988.

VIDAL Laurent, De Nova Lisboa a Brasília, a invenção de uma capital (séculos XIX-XX) tradução de Florence Marie Dravet, Ed. UNB. 2009.